



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR - NEAF
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - MAFDS

CRÉDITO AGRÍCOLA FAMILIAR: A VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO FNO NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ

JOSÉ ANTONIO LIRA

Belém - Pará
2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR - NEAF
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - MAFDS

JOSÉ ANTONIO LIRA

CRÉDITO AGRÍCOLA FAMILIAR: A VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO FNO NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré Ângelo-Menezes

Belém – Pará
2005

Lira, José Antonio.

Crédito Agrícola Familiar: a visão dos beneficiários do FNO no Município de Santo Antonio do Tauá / José Antonio Lira. – Belém, PA: UFPA – Centro de Ciências Agrárias: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2005. Orientado por Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré Ângelo-Menezes. 95p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

1. Agricultura Familiar – Santo Antonio do Tauá - Pará – Brasil. 2. Crédito Rural. 3. Crédito Agrícola. 4. Financiamento. I título.

CDD 338.18098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR - NEAF
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - MAFDS

JOSÉ ANTONIO LIRA

**CRÉDITO AGRÍCOLA FAMILIAR: A VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO FNO NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data da defesa: 30/08/2005

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré Angelo-Menezes (Orientadora)
Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (Examinador)
Prof. Dr. Heribert Shimtz (Examinador)
Prof. Dr. Fernando Teixeira Mendes (Examinador)

Belém – Pará
Agosto de 2005

MAMÃE, Avelino e tia Neli, a vocês dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha querida mãe Olívia, que mesmo distante e enfrentando dificuldades, sempre acreditou que eu seria capaz de trilhar os difíceis caminhos da vida, mesmo sabendo das dificuldades econômicas e de acesso aos estudos desde cedo;

Ao meu inestimável companheiro Avelino Ganzer, pela paciência que teve em seus dias atarefados, de me escutar e compartilhar seu conhecimento; e a minha segunda Mãe, a minha querida tia Neli, que sempre teve uma palavra de conforto para que eu não desistisse desta difícil tarefa. Vocês são incomparáveis....

A professora Maria de Nazaré, minha orientadora que sempre presente, me alertando e orientando para que eu pudesse desenvolver com eficiência este trabalho;

Aos agricultores, que de forma amigável sempre me receberam bem e compartilharam seus conhecimentos, anseios e dificuldades enfrentadas em seus árduos trabalhos, mas que sem dúvidas, proporcionam satisfação;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que recebi;

Aos Amigos da Escola DENSA, da COOPAEXPA, e demais amigos da “Família Nova Amafrutas” pelo convívio diário e o aprendizado profissional;

E finalmente à Cilane, pelo afeto, carinho e contribuição na revisão da redação final deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
Metodologia	17
Estrutura e organização da dissertação	19
CAPITULO I - O CRÉDITO RURAL NO BRASIL: A DIFÍCIL CONQUISTA DOS PEQUENOS AGRICULTORES	21
1.1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL.....	21
1.2 - A POLÍTICA DE CRIAÇÃO E OBJETIVOS DO CRÉDITO FNO.....	29
1.2.1 - Os mecanismos de articulação e reivindicação criados pelos agricultores. .	32
1.3 - O CRÉDITO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ. .	34
1.3.1 - Os atores locais envolvidos	35
1.3.2 - A liberação dos recursos	36
1.3.3 - As linhas de crédito ocorridas no município e a diversidade das culturas financiadas	37
CAPITULO II - BREVE DISCUSSÃO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	41
2.1 - CONSIDERAÇÕES PARA CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL	41
2.2 - A AGRICULTURA FAMILIAR E O CRÉDITO AGRÍCOLA.....	46
CAPÍTULO III - CREDITO AGRÍCOLA: DE ONDE VEM? PARA QUE?	49
3.1 - A HERANÇA DO CAMPESINATO	50
3.1.1 - A difícil iniciativa de organização dos agricultores	54
3.2 - DESVIOS DE RECURSOS X RESPONSABILIDADE DOS AGRICULTORES ...	68
3.3 - A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE OPINIÕES	71
3.3.1 - Origem do crédito FNO Especial	72
3.3.2 - Sobre a existência dos fundos perdidos	77
3.3.3 - Sobre a renegociação das dívidas	79
3.4 - AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA LOCALIDADE NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES.....	83
CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CEPLAN – Coordenadoria de Planejamento/BASA

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COOPAEXPA – Cooperativa da Produção Agroextrativista Familiar do Pará

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI/AP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura - AMAPÁ

FETAGRI/PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pará

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GERIN – Gerência de Estudos Econômicos e Relações Institucionais/BASA

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PESA- Programa Especial de Saneamento de Ativos

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa de Apoio a Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

RESUMO

É recente a história do crédito agrícola para a agricultura familiar na Amazônia. Esta conquista é o resultado do esforço realizado pelas instituições que representam à categoria, de políticos comprometidos com a dinamização do desenvolvimento econômico do meio rural e principalmente do empenho dos próprios agricultores. Entretanto, problemas como o alto índice de inadimplência dos agricultores já beneficiados com o crédito agrícola, geram restrições para acessar novos empréstimos, na medida em que só poderá adquirir outro financiamento após cumprir com as obrigações contraídas anteriormente. Esta situação põe em risco a credibilidade da própria agricultura familiar perante as instituições financeiras no sentido de questionar a viabilidade econômica desta categoria. No entanto, O que pensam os agricultores familiares sobre o crédito agrícola? O objetivo deste trabalho é identificar junto aos agricultores familiares, a compreensão que estes têm sobre o crédito, na perspectiva de revelar o porquê da inadimplência, bem como elucidar os indicadores que norteiam as decisões, com relação ao acesso aos recursos conseguidos por intermédio do crédito agrícola.

Palavras chave: agricultura familiar, financiamento, organização social.

ABSTRACT

The history of the agricultural credit for familiar agriculture in the Amazon is recent. This conquest was fruit of effort carried through of institutions that represent the category as well as of some politicians, but mainly of the effort of the proper organized agriculturists. However, problems as the high index of insolvency restrict the proper agriculturists to have access new credits, in the measure where it will only be able to acquire another loan after to fulfill with the contracted obligations previously. This situation puts in risk the credibility of proper familiar agriculture in front of the financial institutions in the direction to question the economic viability of this category. On the other hand, what the familiar agriculturists think on the agricultural credit? The objective of this work is to identify together to the familiar agriculturists, the understanding that these people have on the credit, in the perspective to reveal the reason of the insolvency of the agriculturists, as well as elucidating the pointers that guide the decisions, thoughts and opinions, with relation to the access to the resources obtained for intermediary of the agricultural credit

Key Words: familiar agriculture, financing, social organization

INTRODUÇÃO

Um dos fatos mais importantes ocorridos no Brasil nestes últimos anos foi o reconhecimento do estado de desequilíbrio cultural, social, ambiental e principalmente econômico (Abreu, 1994) existente entre a população, fazendo grandes distinções não somente entre o urbano e o rural, mas no próprio meio rural entre agricultores mais ou menos capitalizados, assim como as diferenças que figuram entre grandes regiões, tais como a região norte em comparação com a região sul do Brasil.

Estas diferenças existentes não são frutos do acaso, mas sim, da valorização ou priorização pelos próprios governos de uma região em detrimento de outras ao longo dos anos, no que tange aos investimentos em infra-estrutura nos setores produtivos, gerando condições de conhecimento e utilização de novas tecnologias, seja no universo urbano seja no rural. Um exemplo claro disto, e enfocando-se o meio rural, são os grandes investimentos em linhas de financiamentos, que possibilitaram a alavancagem para uma chamada agricultura moderna e tecnificada nas regiões sul e sudeste do Brasil, na década de 70, possibilitando a produção em larga escala de monoculturas com vistas à exportação.

Os caminhos desta modernização ou tecnificação na agricultura nem sempre mostram a priori sua complexidade, e seus resultados nem sempre são factíveis de serem avaliados em curto prazo. O êxodo rural e a disputa pela terra são exemplos de situações que afetam os pequenos agricultores, e raras vezes são reveladas.

Um dos principais elementos que possibilitaram esse distanciamento entre os grandes e pequenos produtores foi o crédito agrícola, que ao longo dos tempos a tendência foi em

favorecer os grandes, que teoricamente eram vistos com maiores condições de investimentos e produção, em detrimento aos pequenos que descapitalizados ficavam a margem do desenvolvimento.

Buscando-se uma superação destes problemas de diferenciações regionais assim como estender o crédito também aos pequenos, algumas políticas públicas foram implementadas nestes últimos tempos. Uma delas refere-se à criação dos fundos constitucionais nas regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro Oeste (FCO), regulamentados pela lei nº 7.827 no ano de 1988, que na visão de Ganzer e Mourão, (1999), foi uma iniciativa acertada para promover o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Por intermédio do artigo 159 da Constituição Federal foi assegurada a destinação de 3% da arrecadação dos impostos de renda e proventos de qualquer natureza sobre os produtos industrializados para o financiamento do setor produtivo, constituindo-se em importante fonte de recursos, distribuídos entre as regiões Nordeste - 60%, Norte - 20% e Centro Oeste com 20% do total dos recursos destinados para a atividade (GANZER e MOURÃO, 1999).

Mesmo estando instituídos em lei, somente a partir de 1991 os agricultores familiares da região norte começaram a ser beneficiados por esta linha de crédito, fazendo com que os recursos pudessem cumprir com os objetivos para os quais foram propostos. Dados levantados pela FASE/FETAGRI, atualizados em 1996, revelam que a partir de 1991, houve um aumento freqüente do volume de aplicação dos recursos até o ano de 1994, reduzindo-se novamente nos anos de 1995 e 1996, como fruto das mudanças das políticas econômicas ocorridas no país.

Se no princípio das liberações dos recursos financeiros aos agricultores no ano de 1991 as condições de pagamento destes valores eram vistas como ideais, esta percepção não durou muito. Tais situações foram alterando-se em função das mudanças, principalmente de ordem

econômica vivida pelo país tais como aumento da inflação, aumento das taxas de juros, alterando os índices de correção dos valores bem como os prazos de pagamento. Os bens financiados pelos agricultores, não puderam acompanhar o ritmo de desvalorização crescente da moeda, o que segundo a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional - FASE, ressaltada no texto de Ganzer e Mourão (1999), foi um dos principais motivos que levou ao endividamento de um elevado número de agricultores, provocando um viés contrário aos objetivos da política então criada.

Neste sentido, na medida em que as condições econômicas do país tornavam o pagamento do crédito inviável, os agricultores organizados em associações e sindicatos de trabalhadores rurais criaram mecanismos de defesa que, apoiados por parlamentares, foram tornando legais os processos de negociações e renegociações das dívidas, na perspectiva de que os prejuízos decorrentes das mudanças econômicas não afetassem demasiadamente os produtores e oferecessem condições para que fossem efetuados os devidos pagamentos.

Dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S/A - BASA revelam que para algumas regiões, mesmo após todas as alterações propostas por meio das reduções de juros, rebates e aumento do período de carência para facilitar a liquidação das dívidas, as medidas foram insuficientes para provocar o estímulo de pagamento dos débitos pelos produtores. Em alguns municípios, como é o caso de Santo Antonio do Tauá, a taxa de reembolso dos valores é baixa, sendo que o único valor pago por parte dos agricultores foi os 10% sobre o valor da parcela vencida no ano de 2003, o que corresponde a menos de 1% sobre o valor total de suas dívidas¹.

¹ Os dados fornecidos pelo Banco da Amazônia referem-se unicamente a agencia Belém Pedreira, que nos últimos tempos foi a principal agencia da região a dedicar-se ao financiamento de agricultores familiares.

Um fato a ser observado, é que os recursos recebidos pelos agricultores e não pagos, automaticamente impedem que estes acessem novas linhas de crédito. A consequência é o limite das chances de mudanças no padrão de vida das famílias, haja vista que os investimentos no sistema produtivo e especificamente o crédito agrícola, são indispensáveis para o aumento da produção e da renda familiar.

Neste contexto de desencontro entre o crédito liberado e o não pagamento, os prejudicados são os próprios agricultores, pois a inadimplência impede o acesso a novos financiamentos fazendo com que uma parcela considerável de famílias fique excluída dos benefícios e investimentos propostos pelas linhas de crédito atualmente disponíveis para a categoria.

São correntes os comentários negativos de pessoas relacionadas aos órgãos de crédito, sobre os agricultores familiares no sentido da viabilidade da reprodução econômica desta categoria, isto porque não são consideradas as dificuldades enfrentadas no processo de produção e principalmente de comercialização, assim como as particularidades inerentes a esta categoria. Neste caso, a credibilidade dos agricultores e da própria agricultura familiar é questionada sem que sejam considerados os contextos históricos em que estes fatos acontecem. Normalmente os comentários sobre a inadimplência da agricultura familiar são reduzidos a afirmações de que os recursos obtidos pelos agricultores são utilizados em atividades diferentes daquelas indicadas na proposta inicial do projeto de crédito, e por isso não efetuam os pagamentos.

Diversos autores discutem este universo de questões, entre os quais Peixoto (2002), que em estudo de caso realizado na região da Transamazônica sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte / Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada -

FNO PRORURAL constata que os principais fatores que levaram ao não pagamento das dívidas pelos produtores daquela região foram:

- Os atrasos nas liberações dos recursos, atrasando também os plantios das culturas, ou seja, o crédito liberado não acompanhou o itinerário técnico das culturas financiadas;
- Financiamento de culturas inadequadas para aquela região em função das dificuldades de comercialização daqueles produtos;
- Falta de planejamento e adequação das linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos agricultores;
- Deficiências ou inexistência de assistência técnica;

Torna-se importante ressaltar que no município de Santo Antonio do Tauá, assim como em outras regiões, os agricultores, mesmo sabendo que as condições propostas pelos projetos de financiamento, tal como descrito por Peixoto, em que as culturas projetadas para o financiamento não faziam parte do seu cotidiano, e sabendo das dificuldades para conseguir mercado em função da inexistência de indústrias que pudessem absorver a produção, os agricultores sentiram-se e sentem-se encorajados a realizar o empréstimo.

Ao observarmos os dados coletados junto às associações do município durante as primeiras visitas a campo, observamos que mesmo com os problemas de inadimplência gerados pelo crédito FNO PRORURAL, o ingresso de agricultores nas associações tendem a aumentar. Este fator poderá estar relacionado a possibilidade de acessar as linhas de crédito atualmente existentes.

De acordo com o quadro 01, cujos dados refletem a realidade de cinco associações selecionadas existentes no Município de Santo Antonio do Tauá, no período de 1995 a 2003,

houve um crescimento de 288,5% no número de associados, saltando de 96 produtores organizados no ano de 1995 para 277 associados no ano de 2003, o que corresponde a um aumento médio de 30,1% ao ano.

Quadro 01 - Comparativo da evolução do número de associados em algumas associações no município de Santo Antonio do Tauá.

Nº	Nome da Associação	Ano de acesso ao crédito	Nº de associados iniciais	Associados dez/2003
1	Ass. Dos Moradores da Com. São Jerônimo	1995	24	24
2	Ass. Dos Moradores da Com. São Tomé	1995	11	48
3	Ass. Dos moradores da Com. de Trombetas	1995	21	75
4	Ass. Dos Moradores Unidos venceremos	1995	27	60
5	Ass. Dos Moradores da Com. de São Luiz.	1995	13	70
TOTAIS			96	277

Fonte: pesquisa de campo junto a associações de produtores - maio/2004

Ao questionarmos estes agricultores sobre os objetivos que estão levando-os a participarem nas associações, são unânimes em informar que participam em função de ser *“através da associação o caminho mais fácil para conseguir os benefícios oferecidos pelo governo”* (agricultor da associação Trombetas, pesquisa de campo maio/2004). Este benefício a que se referem, na maioria das vezes está ligado às possibilidades de financiamento ou incentivos creditícios que por ventura venham a ocorrer. A associação, neste caso, torna-se necessária em função de que as agências financeiras, de acordo com as normas para o financiamento pela linha de crédito FNO, só financiam agricultores ligados a uma associação.

Este trabalho de pesquisa será realizado a partir de uma considerável revisão bibliográfica, e estará apoiado em informações coletadas em pesquisa de campo realizada junto a três associações de agricultores familiares selecionadas no Município de Santo Antonio do

Tauá, município que está localizado na microrregião de Castanhal situada no Nordeste do Estado do Pará.

O **objetivo geral** deste trabalho será analisar e explicitar o porquê da inadimplência dos agricultores a partir da compreensão que estes têm sobre os sistemas de créditos desenvolvidos e praticados na região, bem como elucidar os indicadores que norteiam as decisões e opiniões com relação ao acesso aos recursos do crédito agrícola, na perspectiva de contribuir para o debate e o avanço do conhecimento sobre o crédito e a agricultura familiar.

Para direcionar o enfoque do trabalho temos a seguinte **pergunta de pesquisa**: O que pensam os agricultores familiares do Município de Santo Antonio do Tauá sobre o crédito agrícola? Esta pergunta apresenta relevada importância para as investigações e elaboração desta dissertação. Acreditamos que o conhecimento destas situações poderão ser significativas na perspectiva de revelar os problemas da inadimplência dos agricultores familiares junto as instituições financeiras, assim como contribuir para o debate ora proposto.

Para a realização da investigação, duas **hipóteses** iniciais foram levantadas: 1) - Sem mecanismos de esclarecimento, as regras dos programas de governo (linhas de crédito) são interpretadas pelos agricultores diferentemente do que propõem os projetos em decorrência das experiências e dos conhecimentos que acumulam; e 2) - A disposição de pagamento da dívida é influenciada pelo comportamento ético de outros envolvidos relativos ao dinheiro ou às obrigações públicas.

A primeira hipótese torna-se pertinente em função das dificuldades de comunicação, ou na veracidade das informações que circulam entre os produtores, bem como as dificuldades levantadas por estes na compreensão das regras que envolvem o crédito agrícola provocando distorções no processo de aplicação ou mesmo no gerenciamento dos recursos. A segunda

hipótese também poderá ser significativa na medida em que o comportamento dos próprios agricultores é influenciado pelas ações e comportamentos de outros agentes envolvidos, seja no que tange ao crédito ou na condução das organizações que o representam, tais como as associações, sindicatos, EMATER e o poder público local onde merece destaque a prefeitura e suas secretarias.

Metodologia

A pesquisa de campo que possibilitou o levantamento de dados para embasar este trabalho foi desenvolvida a partir de entrevistas semi-estruturadas com 18 agricultores sócios de três associações, além de uma entrevista com o coordenador do escritório local da EMATER, e outra entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, totalizando 20 entrevistas, as quais foram todas gravadas, transcritas e analisadas.

Para a seleção das associações que deram suporte a pesquisa, levou-se em consideração as associações voltadas para a agricultura familiar existentes no município, cujos associados fossem agricultores familiares atendidas pelo FNO especial PRORURAL. De um total de 10 associações levantadas, selecionamos três cujas características são:

Associação dos Moradores da Comunidade São Tomé

Possui 11 associados fundadores e beneficiados com o crédito agrícola. Todos os investimentos foram direcionados para a implantação de hortaliças, onde além dos insumos foram financiados todas as máquinas e equipamentos necessários para implantação de irrigação. Na atualidade, todos os produtores financiados continuam trabalhando nesta atividade.

Associação dos moradores da Comunidade de Trombetas.

Passados nove anos após sua constituição, até o momento (2005) a principal ação desenvolvida foi o financiamento ocorrido no ano de 1995, onde foram financiados 21 agricultores sendo 16 com investimentos direcionados para a implantação de hortaliças e 5 voltados para a implantação de culturas permanentes tais como coco e cupuaçu consorciados com mamão.

De acordo com informações prestadas pelo presidente que atua nos dias atuais (2005), com exceção de três agricultores, todos os demais optaram pela renegociação das dívidas o que os coloca como adimplentes perante o Banco da Amazônia. Isto foi possível em função das facilidades propostas pelo banco para a renegociação, onde cada produtor, para tornar-se adimplente, deveria pagar apenas 10% sobre o valor da parcela vencida.

Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora dos Remédios.

No ano de 1995 a associação conseguiu a aprovação de 13 projetos junto ao BASA para os sócios fundadores. Estes foram contemplados com investimentos para a implantação de hortaliças (06) e culturas perenes (07). Atualmente possui um total de 70 associados aguardando uma possibilidade para conseguirem novos financiamentos.

Para a seleção do conjunto de agricultores associados para a realização das entrevistas (amostragem), levou-se em consideração dois critérios básicos: a) Agricultores sócios da associação que já haviam sido beneficiados com o crédito do FNO Especial e b) Agricultores sócios da associação que não haviam sido beneficiados por nenhuma linha de crédito. Baseado nestes critérios foi selecionado um total de 06 agricultores por associação sendo três agricultores que já receberam crédito por intermédio do FNO e três ainda não financiados.

Esta forma de estratificação onde entrevistamos agricultores que nunca foram beneficiados por nenhuma linha de crédito torna-se necessária, na medida em que se pretende identificar quais os elementos motivadores da participação destes agricultores nas associações daquele município, que conforme já descrito vem aumentando nos últimos tempos.

Para a realização das entrevistas foram elaborados 04 tipos diferentes de roteiros, cada qual orientado para um público diferenciado: público 01: agricultores financiados; público 02: agricultores não financiados; público 03: coordenador local da EMATER e público 04: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR. Todos os roteiros foram elaborados com vistas a alcançar os objetivos previamente definidos no trabalho.

Todas as entrevistas realizadas foram transcritas e analisadas de forma que possibilitou a elaboração desta dissertação.

Estrutura e organização da dissertação

A dissertação está organizada a partir de três capítulos, além da introdução e as conclusões.

O primeiro capítulo trata da questão do crédito agrícola no Brasil, fazendo-se um levantamento histórico onde se enfoca principalmente a trajetória dos pequenos agricultores tanto nas organizações de base (associações, cooperativas e sindicatos) como também o apoio de parlamentares na tentativa de democratizar o acesso ao crédito para a categoria.

Como parte complementar deste primeiro capítulo, é apresentado uma síntese da aplicação do crédito agrícola FNO no Município de Santo Antonio do Tauá, revelando as principais culturas financiadas bem como os principais atores envolvidos.

No segundo capítulo, busca-se apresentar de forma sintética os principais debates existentes para uma caracterização teórica da agricultura familiar, na tentativa de situar e aproximar uma caracterização do conjunto de agricultores que serão trabalhados.

O terceiro capítulo constitui-se basicamente da apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa de campo, buscando-se apoio teórico descrito nos dois primeiros capítulos, verificando as hipóteses para alcançar o objetivo proposto para o trabalho.

CAPITULO I - O CRÉDITO RURAL NO BRASIL: A DIFÍCIL CONQUISTA DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Neste capítulo faremos uma descrição geral sobre a evolução do crédito rural no Brasil, destacando as diferentes origens dos recursos utilizados para o financiamento agrícola ao longo dos tempos. Após esta abordagem, buscar-se-á desenvolver as discussões sobre o crédito agrícola a partir da análise detalhada de uma linha específica de financiamento, denominada Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, onde será enfocada a luta dos agricultores familiares para obterem acesso ao crédito. Julgamos necessário tal procedimento em função de que tais discussões poderão contribuir para a compreensão do universo que envolve a formação da matriz do conhecimento dos agricultores a respeito do crédito, que se constitui no principal objetivo do nosso estudo.

1.1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL

Contextualizando a história do crédito rural formal no Brasil, verifica-se, de acordo com Mendonça de Barros (1979, apud Spolador, 2001), que os primeiros investimentos neste setor datam da década de 30. Entretanto, no período entre 1940 e 1960, inexistiu uma política agrícola interna ao setor, ou seja, neste período, com o objetivo de promover o aumento da renda e do emprego pouca importância foi dada aos investimentos em longo prazo, assim como, os investimentos em infra-estrutura como transportes, comunicações, armazenagens e portos. Destaca-se ainda, que as principais políticas do período conduziam a transferência de recursos dos setores agrícolas para os setores não agrícolas (MEYER et. al., 1975 p.153), o que

correspondia a lógica do desenvolvimento econômico brasileiro da época, de correr em direção à urbanização e industrialização (SPOLADOR, 2001).

Neste período poucos programas favoráveis à agricultura foram implementados. No princípio da década de 50, em função de grandes perdas de produtos alimentares seguido do aumento sucessivo de preços, obrigaram a realização de alguns investimentos no setor de infraestrutura e de comercialização. Em 1959, assim como no período de 1962 e 1963 com a ocorrência de crises na provisão e abastecimento do setor de alimentos conduziram a um interesse maior em mudar a política agrícola do país (MEYER et al., 1975 p.153).

A partir de meados da década de 60, com a edição e instituição da lei 4829/65 a política de crédito agrícola adquire novos caminhos. Os objetivos desta lei² era estimular os investimentos na agricultura, além de fortalecer a situação financeira bem como a adoção de tecnologias modernas no setor rural. Para tanto, a legislação estabelecia que dez por cento dos depósitos bancários comerciais realizados deveriam ser destinados a empréstimos agrícolas, sendo que em 1973, por meio da resolução 260, este valor passou a ser de quinze por cento dos depósitos em bancos comerciais. A legislação garantia ainda, que as taxas de juros para empréstimos rurais não poderiam ser superiores a setenta e cinco por cento das taxas cobradas em empréstimos comerciais.

Outras fontes de financiamento agrícola identificados neste período foram o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que contribuía com recursos

² De acordo com a lei 4829/65 ficou estabelecido que: Art. 3º - São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, **notadamente pequenos e médios**; (grifo nosso)

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

entregues aos bancos para repasse em incentivos a fim de implantar culturas de cana-de-açúcar e de café. Neste período, organizações financeiras internacionais também contribuía com parte do crédito rural: o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) que investiam geralmente em projetos de desenvolvimento em propriedades de médio e grande porte. (ABREU, 1994 p. 52-53).

Segundo Abreu (1994), três tipos de crédito eram concedidos aos agricultores:

- a) Crédito de Custeio - realizado em curto prazo: utilizado principalmente para o movimento de capital durante o cultivo, cobrindo os custos variáveis;
- b) Crédito de Comercialização - realizado em curto prazo: utilizado para despesas imediatas após a colheita, particularmente para o beneficiamento e armazenamento;
- c) Crédito de Investimento - realizado em médio e longo prazo: destinado a investimentos de compra de máquinas e implementos agrícolas, construções, infraestrutura para pecuária e formação de pastagens e culturas perenes. O período total de carência era variável de acordo com a natureza da operação.

No geral, pode-se afirmar que um conjunto de medidas (fiscais e monetárias) adotadas pelo Ministério da Fazenda e Banco Central, tais como incentivos de preços e crédito, levou a um estímulo do setor agrícola a partir da década de 60, chegando a quadruplicar o montante de crédito rural aplicado no período compreendido entre 1960 e 1970.

Em função disto, observa-se um crescimento da economia do país em torno de 10% ao ano em 1971 e 1972, registrando-se como a taxa de crescimento mais alta do mundo. Observou-se um aumento acelerado da produção de soja, trigo, laranja e aves, assim como um elevado

aumento na produtividade das culturas agrícolas principalmente no centro sul do país, ocasionadas principalmente pelo aumento do uso de novas tecnologias como o adubo químico³ e mecanização⁴ (MEYER et. al., 1975 p.152).

Tendler (1969, apud Spolador 2001), argumenta que como resultado deste acréscimo de crédito concedido, aumentou também o número de instituições responsáveis pelo fornecimento dos empréstimos. O Banco do Brasil passa a ser o principal responsável pela concessão de recursos, o que representou uma rápida tendência de desconcentração do crédito entre pequenos grupos (em especial do café) proporcionando maior distribuição dos recursos entre os tomadores de empréstimo.

Mesmo demonstrando aspectos favoráveis para o aumento da produção, o problema da pobreza no meio rural ainda permanece sem solução em função das deficiências no processo de distribuição da renda e geração de empregos. Com relação ao Nordeste, nesta chamada década do desenvolvimento (1960-1970) é bem provável que tal pobreza tenha até aumentado. A solução deste problema poderia ser conseguida com uma mudança na aplicação do crédito rural (MEYER et al., 1975 p.156).

No período de 1970/75 os índices, área cultivada/crédito e área por produção declinam sensivelmente, mesmo quando considerada a elevação dos preços dos insumos e fertilizantes. A elevação das taxas de inflação (provocada principalmente pela crise internacional do petróleo), e a liberação das taxas de juros, possivelmente contribuíram para que os bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) passassem a contar com um número maior de clientes e

³ Passando de 300.000 toneladas em 1960 para um milhão de toneladas em 1970

⁴ Foram adquiridos 100.000 novos tratores no período de 1960 a 1970.

dessem preferência para aqueles de tamanho e liquidez maior, diminuindo, portanto, a eficácia do sistema (SAYAD, 1978).

Abreu (1994) destaca que para que se realizassem os contratos de crédito, os bancos oficiais exigiam diversas garantias⁵ tais como o penhor da safra, penhor de maquinários, avalistas, além de cópia do contrato de arrendamento de terras e/ou carta de anuência do proprietário. Além destas burocracias, possibilitava aos bancos o condicionamento do crédito a uma garantia de retorno por parte do agricultor, ou seja, os bancos poderiam selecionar os clientes de acordo com o nível de risco que estes lhe proporcionavam⁶. Outros critérios utilizados nesta seleção eram as condições produtivas da propriedade tais como topografia, fertilidade dos solos, extensão da propriedade e sua localização. Nestas condições, mesmo constituindo-se em objetivos do crédito agrícola instituídos em lei, conforme retratado em seu art. 3º inciso III, onde destaca como “prioritários ao acesso ao crédito os pequenos e médios agricultores visando melhorias de vida dos agricultores e seus familiares”, não restam dúvidas

⁵ De acordo com o Art. 25 da lei 4829/65 - poderão constituir garantia dos empréstimos rurais, de conformidade com a natureza da operação creditícia em causa:

- I - penhor agrícola;
- II - penhor pecuário;
- III - penhor mercantil;
- IV - penhor industrial;
- V - bilhete de mercadoria;
- VI - "warrants";
- VII - caução;
- VIII - hipoteca;
- IX - fidejussória;
- X - outras que o Conselho Monetário venha a admitir.

Art. 26 - A constituição das garantias previstas no artigo anterior, de livre convenção entre financiado e financiador, observará a legislação própria de cada tipo, bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar.

⁶ Art. 11 da lei 4829/65- Constituem modalidade de operações:

- I - Crédito Rural Corrente a produtores rurais de capacidade técnica e substância econômica reconhecidas;
- II - Crédito Rural Orientado, como forma de crédito tecnificado, com assistência técnica prestada pelo financiador, diretamente ou através de entidade especializada em extensão rural, com o objetivo de elevar os níveis de produtividade e melhorar o padrão de vida do produtor e sua família;

de que este acesso, no momento da operacionalização tornava-se praticamente inviável, estando, portanto os pequenos, excluídos do processo (ABREU, 1994 p. 53).

Sayad (1978) em estudos realizados com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do ano de 1978, e referindo-se ao sistema de crédito em vigor até então, constata que os maiores tomadores de crédito no período foram os latifúndios por exploração com 52,8% do crédito total, contra apenas 19,5% do crédito destinado aos minifúndios, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 02 – Distribuição do crédito declarado na amostra segundo classificação das fazendas pelo critério do INCRA, 1978.

Discriminação	Crédito Total (%)	Crédito de Curto Prazo (%)	Crédito de Longo Prazo (%)
Minifúndios	19,5	15,9	21,2
Empresas Rurais	29,9	45,2	19,9
Latifúndios por exploração	52,8	39,1	59,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sayad (1978)

Sayad (1982) lembra que o Programa Nacional de Crédito Rural foi duramente criticado nos princípios dos anos 80. Os principais elementos da crítica eram de que seus efeitos demonstravam-se poucos significativos sobre o crescimento da produção agrícola bem como sobre as tecnologias adotadas pelos agricultores, sendo que a elevação da produtividade já não compensava os subsídios gerados em função da elevação da inflação, ao passo que se mantinham as mesmas taxas de juros⁷ para os financiamentos.

Montoya (2002) analisa que as políticas agrícolas brasileiras, no que tange ao sistema de financiamento para as atividades do setor, passaram por diversas experiências e mudanças

⁷ A legislação do crédito rural impedia que a taxa de juros nominal fosse superior a 75% da taxa de juros do crédito comercial. Com a elevação da taxa de inflação a taxa de juros real tornou-se negativa implicando em um subsídio ao produtor rural.

nestes últimos tempos. Para citar exemplos, a partir da década de 1980 constata-se o esgotamento da política de crédito agrícola abundante e subsidiado predominante no Brasil entre 1965 e final da década de 1970. Em função da retirada significativa do governo do crédito agrícola⁸, esta linha de financiamento tornou-se uma das principais reivindicações do setor, abrindo espaço, por um lado a iniciativas de (re) organização de cooperativas de crédito rural (Credis) e por outro a expansão do crédito agrícola informal.

No ano de 1988, com o objetivo de criar novas fontes de financiamento principalmente de ordem não inflacionária, por intermédio da lei 7827/89 a constituição federal instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento sendo: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO; do Nordeste – FNE e do Centro Oeste FCO, cujos recursos para tais financiamentos seriam originados a partir de 3% (três por cento) da arrecadação federal do IPI e do IR.

A partir de 1994, verifica-se um endividamento crescente por parte dos produtores rurais. Araújo et al. (1999) e Santiago (2000), citados por Spolador (2001) lembram que este aumento da dívida foi devido em grande parte ao descasamento entre a correção dos preços mínimos dos produtos e a correção da dívida, pois a partir do plano Collor I, a defasagem entre a correção dos preços mínimos pelo IPC foi de 41,28% enquanto que a dívida dos agricultores foi corrigida pelo mesmo indicador, em torno de 84,23%.

⁸ Spolador (2001) baseado em discussões levantadas por Oliveira & Montezano (1982), argumenta que os mecanismos de geração de recursos para a agricultura foram perdendo eficiência face às transformações da estrutura financeira do país. Os depósitos a vista em bancos comerciais que representavam parcela importante dos empréstimos totais foram sistematicamente perdendo importância, chegando a representar uma pequena parcela dos fundos financeiros totais da economia no começo dos anos 80, especialmente com o agravamento do processo inflacionário.

Este agravante do endividamento dos agricultores, e principalmente de grande parte de pequenos agricultores que começavam também a fazer parte do conjunto dos tomadores do crédito a partir de 1992, leva o governo a criar o programa de securitização⁹ o qual entra em vigor a partir de 1996. Este programa beneficiou os agricultores cujas dívidas alcançavam até R\$ 200 mil, com prazo de 7 anos e juros de 3% ao ano e mais a variação do preço mínimo de um determinado produto amparado pela política de preços mínimos.

Para os grandes agricultores cujas dívidas excediam os limites do programa de securitização, Spolador (2001), baseado em análises desenvolvidas por Araújo (1999), lembra que “foram socorridos através do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Neste programa o agricultor adquire títulos junto ao tesouro nacional (resgatáveis após 20 anos) no valor correspondente a 10,37% do valor da dívida junto aos bancos comerciais. Para os contratos acima de 500 mil os juros nominais eram de 8% ao ano sobre o principal, sendo o valor atualizado anualmente pelo IGP-M”.

Nos últimos anos, diversos programas de crédito também foram implementados no Brasil. Entre eles destacam-se o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA, criado em 1986, com o objetivo de viabilizar os assentamentos de reforma agrária, tinha como principal fonte de recursos o FINSOCIAL. A partir de 1993 o PROCERA passou a receber recursos dos Fundos Constitucionais. Neste período também foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

⁹ O processo de securitização é a transformação de receitas futuras em títulos que, por sua vez, são vendidos ao mercado de capitais. No caso da Agricultura, o tesouro nacional se compromete a emitir títulos para garantir os contratos firmados entre os agricultores e bancos. Spolador (2001, baseado em Lima, 1999)

1.2 - A POLÍTICA DE CRIAÇÃO E OBJETIVOS DO CRÉDITO FNO

Benetti (1994 apud Peixoto 2002), lembra que a política agrícola implementada ao longo da história brasileira e mais especificamente a de crédito rural, tem um papel importante para a definição dos modelos agrícolas adotados pela sociedade rural, centrado principalmente na tecnificação e no aumento da exportação de produtos agrícolas. Esta política até bem pouco tempo, conforme demonstrado anteriormente, era em sua grande maioria destinada aos grandes e médios agricultores em detrimento dos pequenos e, conseqüentemente, da agricultura familiar, que se encontra evolutivamente à margem deste processo.

O crédito rural, como uma das principais ferramentas desta política e seguindo sua orientação, promove, além desta distribuição social desigual, também uma distribuição espacial altamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil caracterizando elevadas disparidades sociais entre regiões brasileiras.

A história de consolidação das linhas de crédito (FNO, FNE e FCO), adquire amplitudes bem diferenciadas quando analisada em seus diversos contextos.

No contexto da lei 7827/89 que instituiu os fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro Oeste (FCO), em seu artigo 2º, apresenta a seguinte redação¹⁰:

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

¹⁰ Este texto transcrito abaixo representa a íntegra da lei 7.827/89- lei que instituiu a criação das linhas de crédito FNO, FNE e FCO.

§ 1º Na aplicação de seus recursos, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficarão a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e deverão destinar crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias.

No que concerne à aplicação destes recursos, a lei prevê o que segue:

Art. 3º Respeitadas as disposições dos Planos Regionais de Desenvolvimento, serão observadas as seguintes diretrizes na formulação dos programas de financiamento de cada um dos Fundos:

I - concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;

III - tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;

V - adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

VI - conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

VIII - uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

IX - apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;

X - Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.

Neste sentido, GANZER e MOURÃO (1999), reconhecem que a criação deste fundo foi uma decisão acertada pelos constituintes no ano de 1988, criando mecanismos para a alavancagem do desenvolvimento das regiões economicamente mais fragilizadas do país.

Por outro lado, Teixeira (2004), discutindo sobre as mudanças políticas possíveis para o país, e referindo-se ao Banco da Amazônia - BASA e o FNO revelam que os argumentos sobre as desigualdades sociais existentes entre as regiões sustentadas pelos políticos regionais foram, sem sombra de dúvida, fundamentais para justificar as necessidades de criação dos fundos.

Entretanto, estes argumentos “escudavam os verdadeiros motivos que alimentavam as pressões políticas pela criação dos Fundos vinculados ao lobby político articulado pelos Bancos regionais que apostavam nos Fundos como alternativas de salvação do processo de falência experimentado pelos principais bancos regionais, o BASA e o BNB (TEIXEIRA, 2000).

Este autor revela também, e justificando o argumento acima referenciado, que mesmo estando instituído em lei o acesso ao crédito pelos setores de pequena produção foi altamente restringido em função das dificuldades impostas pelos bancos, principalmente com relação a exigências de documentações e garantia de pagamento pelos produtores, impossíveis de serem atendidas pelos agricultores familiares. Segundo ele, tais exigências só reforçavam o atendimento preferencial da clientela tradicional do banco e conseqüentemente de sua própria capitalização (TEIXEIRA, 2000).

Não descartando o argumento levantado por Teixeira, mas em estudo realizado na região Sul sobre as novas instituições de crédito que estão sendo viabilizadas¹¹, JUNQUEIRA (2003), citando FERRARY (1999), revela que faz parte do sistema bancário tradicional os inúmeros mecanismos de informação inerente a toda e qualquer operação de financiamento, onde busca-se garantias patrimoniais e contrapartidas para que possam ser liberados os recursos, exame detalhado do projeto para o qual o crédito destina-se, além de dados e objetivos que mostrem a história individual de cada tomador (JUNQUEIRA, 2003).

O fato principal em questão é que estando preparadas ou não para as operações, as agências bancárias só flexibilizaram o acesso ao crédito para a pequena produção graças as manifestações dos trabalhadores organizados, articulados por suas respectivas federações e

¹¹ Dissertação de mestrado, cujo estudo de caso foi desenvolvido no âmbito do sistema CRESOL de cooperativas, enfocando os diversos sistemas de microfinanças desenvolvidas principalmente sobre as cooperativas de crédito solidário.

confederações, utilizando-se de mecanismos de reivindicação criados pelos próprios trabalhadores, como é o caso dos “Gritos da Terra” onde através de muitas discussões, adequações e re-adequações foi possível garantir, pelo menos em parte, que os recursos disponíveis nas agências pudessem ser utilizados para a finalidade tal qual como foram instituídos.

1.2.1 - Os mecanismos de articulação e reivindicação criados pelos agricultores.

O acesso ao crédito FNO pelos pequenos agricultores, de acordo com GANZER e MOURÃO (1999), não ocorre livremente tal como indica a lei 7827/89. Para que isto ocorresse, foram necessárias inúmeras manifestações organizadas, começando em 1991, liderada pela FETAGRI PA/AP e a Central Única dos Trabalhadores - CUT, contando com o apoio de diversas entidades, realizam o I Grito do Campo, onde na ocasião estavam reunidos aproximadamente 3.000 trabalhadores (as). Na pauta de reivindicações estava a luta pelo fim da violência no campo e também uma proposta para alteração das normas de aplicação do FNO.

Indignados pela falta de respostas do BASA quanto às reivindicações, os trabalhadores novamente se mobilizam e organizam o II Grito do Campo. Nesta ocasião estavam reunidos no centro de Belém aproximadamente mil agricultores. Deste processo resulta a conquista de uma linha de crédito específica para os mini e pequenos agricultores, denominado FNO-Urgente. Este fato é histórico em função de que, pela primeira vez na história do crédito agrícola, os trabalhadores conseguem conquistar uma linha de crédito diferenciada para a produção familiar. GANZER & MOURÃO (1999) acreditam que esta conquista exerceu grande influência para outras conquistas posteriores, em especial, nas linhas de crédito do PRONAF.

Após estas conquistas para a categoria, a partir de 1992 tem início a participação mais ativa de outros atores sociais de diversos estados amazônicos, onde realizaram o III Grito do Campo. No ano de 1993 tal mobilização possibilitou a realização do Grito da Amazônia, quando conquistou-se a redução dos encargos e o aumento do percentual dos financiamentos a serem liberados. Neste momento esta linha de crédito diferenciada conquistada pelos agricultores passa a ser denominada de FNO – Especial.

Esta organização em torno dos Gritos do Campo no âmbito dos estados e da Amazônia, a partir de 1994 adquiriu uma dimensão nacional, passando a ser denominado de GRITO DA TERRA BRASIL, por meio do qual dá-se continuidade à luta pela democratização do crédito do FNO e de outros instrumentos de políticas públicas (GANZER & MOURÃO, 1999).

Na avaliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, a realização dos Gritos da Terra justifica-se em função de existir no Brasil a permanência de um modelo agrícola concentrador de terra e renda, além da falta de compromisso dos governos, principalmente o federal, em construir políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável para o país. Tais percepções levaram o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) a se mobilizar e lançar a partir de 1995, juntamente com outras entidades organizadas, o Grito da Terra Brasil, movimentando milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de norte a sul do país, na defesa de seus interesses e de uma nova lógica de desenvolvimento (CONTAG, 2000).

Desde então, o Grito da Terra Brasil passou a ser uma ação de mobilização e negociação desenvolvido anualmente pela CONTAG, Federações Estaduais (FETAG'S) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), contando com o apoio de diversos movimentos sociais tais como Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento de Luta pela Terra,

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), dentre outros. Em função desta ação conjunta possibilita-se a mobilização, encaminhamentos e negociações igualitárias para os trabalhadores (as) de todo o país (CONTAG, 2000).

Destas ações conjuntas, e referindo-se ao crédito rural FNO operacionalizado pelo Banco da Amazônia, conquistas importantes foram acumuladas, entre elas, a criação da linha de crédito PRONAF, o qual agrega em seu interior diversos subprogramas: PRONAF “A”, “B”, “C” e “D” e recentemente criado outro subprograma denominado “C/D”. Estes programas e subprogramas teoricamente têm por objetivo atender os agricultores familiares em suas diversas situações, levando em consideração suas necessidades e condições de trabalho, bem como oferecer subsídios para facilitar as possibilidades de pagamento dos empréstimos, atendendo pelo menos em parte o que determina a lei nº 7.827/89.

1.3 - O CRÉDITO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ.

Após a conquista dos agricultores familiares em relação à garantia de uma linha de crédito específica para esta categoria, no caso o FNO, e uma vez definidas as regras para que os produtores pudessem ter acesso a estas linhas de crédito, dá-se início à corrida para a mobilização e organização local com vistas à aquisição do empréstimo financeiro¹².

Uma das mudanças ocorridas naquele momento foi referente ao processo organizacional. Muitos agricultores nunca haviam participado de associação ou cooperativa, e sem que houvesse um processo preparatório de formação, surgiram as associações cujo único objetivo

¹² Para se ter acesso as linhas de crédito do FNO especial, uma das condições era de que os agricultores estivessem organizados em associações ou cooperativas de produtores.

era os benefícios creditícios que estavam pleiteando. Por este motivo, algumas associações jamais saíram do papel. Outras que acessaram o crédito acabaram logo após a liberação dos recursos, demonstrando que o processo de organização para dar sustentação às ações dos agricultores não existia, o que de certa forma, mesmo que indiretamente, poderá ter sido um dos fatores do insucesso dos investimentos, levando os agricultores ao endividamento.

1.3.1 - Os atores locais envolvidos

Pelo menos dois outros atores locais estiveram presentes além dos Agricultores e Banco da Amazônia em todas as etapas do processo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

O STR sempre desempenhou um importante papel na conquista do crédito pelos agricultores de Santo Antonio do Tauá, uma vez que desde o princípio das negociações acompanhou e orientou parte dos agricultores no processo de criação das associações, oferecendo estrutura, tais como máquina de escrever e telefone para que estes pudessem constituir suas associações e poderem acessar o crédito.

No que concerne à EMATER local, teve um papel fundamental para as liberações do crédito para aquele município. Além da garantia da assistência técnica aos agricultores, foi a principal responsável pela elaboração dos projetos que viabilizaram o acesso dos produtores ao crédito pretendido.

É sabido que na história da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Brasil e principalmente no Pará, sempre houve controvérsias no que diz respeito à atuação dos técnicos

com relação à prestação de serviços de assistência direta aos agricultores. Inúmeros são os autores que discutem a forma de atuação e o papel do técnico perante os agricultores, bem como o grau de envolvimento deste profissional que atua no processo de desenvolvimento do meio rural.

Sem perder de vista esta interessante discussão, podemos afirmar que para o caso de Santo Antonio do Tauá, a EMATER, por ser o único órgão de assistência técnica existente naquele município, desempenhou um importante papel no que diz respeito à formalização ou encaminhamento dos agricultores para acessarem o crédito do FNO.

1.3.2 - A liberação dos recursos

Uma vez criados os “mecanismos legais”¹³, a partir do ano de 1993 inicia-se o processo de liberação dos recursos. Até o ano de 1995 o Banco da Amazônia já havia liberado um montante de R\$ 1.657.284,27¹⁴ (um milhão seiscentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), beneficiando 205 Agricultores Familiares naquele município, dentre os quais estão 11 pescadores artesanais. A média de recursos destinados a cada pescador foi na ordem de R\$ 15.454,55 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Para os agricultores foram financiados 194 projetos, com um valor médio de R\$ 7.979,20 (sete mil novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos) para cada um.

¹³ Chamamos o processo de organização em torno das associações de “mecanismos legais” em função de que, por um lado, juridicamente estas lhe rendem ou renderam respaldo a fim de viabilizar o crédito perante a agência financeira. Por outro lado, estas associações não estão sendo trabalhadas no sentido de organização dos agricultores e aproveitando a força que esta forma de organização pode lhes proporcionar.

¹⁴ Este valor não corresponde ao volume total investido no município, mas sim, apenas os valores operacionalizados através da Agência Belém Pedreira. Desconsiderou-se os valores contratados pela Agência Central, bem como da Agência Belém Reduto, que também realizaram operações.

A aplicação dos recursos, de acordo com os projetos técnicos elaborados, para os agricultores ribeirinhos foi destinada a pequenas embarcações para a atividade da pesca, além de equipamentos como redes malhadeiras e demais apetrechos utilizados na atividade. Na zona de terra firme foram beneficiadas 10 associações envolvendo um total de 194 agricultores, com projetos de implantação de culturas de ciclo curto, semi-perenes e perenes.

1.3.3 - As linhas de crédito ocorridas no município e a diversidade das culturas financiadas.

Dentro da diversidade de linhas de crédito oferecidas pelo FNO, os agricultores familiares do Município de Santo Antonio do Tauá foram beneficiados pelo FNO Especial, através do PRONAF/PRORURAL¹⁵.

De acordo com as diretrizes operacionais elaboradas pelo Banco da Amazônia para aplicação dos recursos previstos para o triênio 2003 a 2005, constituem-se objetivos deste programa¹⁶:

- Possibilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural;
- Gerar oportunidades de trabalho aos trabalhadores rurais;
- Dotar a pequena produção dos meios para acessar os mercados com eficiência;
- Estimular a verticalização da pequena produção como meio de dar sustentabilidade às propriedades familiares;
- Apoiar a difusão de tecnologias que incorporem insumos naturais na agricultura familiar;

¹⁵ Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar / Programa De Apoio À Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRONAF/PRORURAL. Esta linha de crédito foi extinta em 31/12/2003.

¹⁶ Documento elaborado pelo GERIM e CPLAN do BASA

- Incentivar atividades produtivas que potencializem os serviços ambientais na agricultura familiar;
- Racionalizar o uso de recursos florestais de modo a manter a sustentabilidade dos ecossistemas, através da prática do manejo florestal;
- Incentivar e apoiar as iniciativas que visem à reabilitação de áreas degradadas, especialmente aquelas que incorporem sistemas agroflorestais;
- Incentivar a atividade de manejo florestal sustentável em escala comunitária como forma de reduzir a taxa de desmatamento.

Partindo destes princípios, este programa oferece condições de financiamento para as seguintes atividades:

- Agricultura, inclusive a agricultura orgânica (grãos, fruticultura, tubérculos, produção de sementes e mudas e outros);
- Pecuária (pequenos, médios e grandes animais);
- Pesca artesanal;
- Sistemas Agroflorestais (SAF);
- Manejo florestal sustentável comunitário.

Para o caso do Município de Santo Antonio do Tauá, e levando-se em consideração os itens financiáveis pelo programa, foram financiados no município, sendo elas consorciadas ou solteiras, as seguintes culturas:

Na modalidade Custeio

- Coco
- Cupuaçu
- Limão
- Hortaliças

Na modalidade investimentos

- Equipamentos de irrigação, compreendendo: motor elétrico, bomba d'água, encanamentos, caixas d'água, equipamentos de aspersão, entre outros.

O reembolso destes valores, de acordo com as orientações do Banco da Amazônia – BASA foram estabelecidas as seguintes taxas de juros e condições de pagamento:

a) Encargos financeiros

Taxa de juros efetivos de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% sobre os encargos cobrados¹⁷ para os agricultores que pagarem integralmente a parcela da dívida até a data do respectivo vencimento.

b) Limites de financiamento

Beneficiário	Destinação	Limite de Financiamento	Limite de Crédito Por Cliente - Até (R\$)
Agricultores Familiares	Investimento	100%	20.000,00
	Custeio	100%	5.000,00
	Total	100%	25.000,00
Associações/ Cooperativas I	Investimento	100%	800.000,00
	Custeio	100%	240.000,00

¹⁷ Este bônus de Adimplência só será calculado sobre os valores dos juros e não incide sobre o valor principal

	Total	100%	800.000,00
--	-------	------	------------

Fonte: Banco da Amazônia - BASA - Plano de Aplicação de Recursos do FNO para o triênio 2003/2005.

Notas: 1) Para pesca artesanal, mesmo incluindo apetrechos de pesca, o limite será de até R\$ 25.000,00; no caso do financiamento ser somente para apetrechos de pesca, o limite será de até R\$ 20.000,00.

2) O limite de crédito individual definido para custeio não está vinculado e/ou incluso no limite definido para investimento.

c) Prazos

Investimento:	
- Fixo	Total até 12 anos, incluída a carência de até 6 anos.
- Semi-fixo	Total até 10 anos, incluída a carência de até 3 anos.
Custeio:	
- Agrícola	Total até 18 meses.
- Pecuário	Total até 12 meses.

Fonte: Banco da Amazônia - BASA - Plano de Aplicação de Recursos do FNO para o triênio 2003/2005.

CAPITULO II - BREVE DISCUSSÃO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Discutir sobre Agricultura familiar e suas relações com os possíveis investimentos relacionados ao crédito agrícola, não seria possível sem anteriormente compreendermos minimamente os conceitos a ela atribuídos, bem como a lógica que envolve reprodução da economia camponesa. Neste sentido, o objetivo deste capítulo será de elucidar alguns aspectos que julgamos relevantes para caracterizar a agricultura familiar, visando dar subsídios para as discussões que serão desenvolvidas posteriormente.

2.1 - CONSIDERAÇÕES PARA CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

Segundo Neves (2002) a “Agricultura Familiar” deverá ser considerada como “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político” (Neves, 2002. p.137).

Visto como tal, este termo assume noções diferentes quando analisados a partir de campos distintos tais como o político e o acadêmico. Enquanto político, o termo carrega em si a posição de comunicador frente a mudanças desejadas; enquanto categoria nominal distingue segmentos e assinala a contraposição ao empresário rural, ao passo que engloba um grande

número de outros segmentos já reconhecidos como camponeses, *farmers*, produtores mercantis, neo-rurais, entre outros, de forma que facilita a ação, criação ou direcionamento das políticas públicas. No que concerne ao uso do conceito no contexto acadêmico, a autora lembra que “[...] os pesquisadores não podem usá-la se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria”. (NEVES, 2002. p.136).

E continua,

A constituição do projeto de consolidação de uma agricultura familiar se legitima pela construção de novas posições sociais genericamente qualificadas pelo termo político “agricultor familiar”. Ele pressupõe a superação do insulamento político e cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos agricultores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem terra (“...”) (Neves, 2002. p.137).

Buscando-se uma caracterização acadêmica para o termo, diversos autores mergulharam neste assunto.

Para Hugues Lamarche (1998), são quatro os modelos de funcionamento das unidades de produção: a) – empresa; b) - empresa familiar; c) – agricultura camponesa ou de subsistência e d) - agricultura familiar moderna.

No que concernem as características de exploração do trabalho neste modelo, sugere que:

Empresas

- A família pouco participa (ou não participa) do processo de produção;
- A terra é vista como instrumento de trabalho ou de especulação;
- Geralmente são muito técnicos; valorizam o conhecimento e estão em freqüentes aperfeiçoamentos;
- Produzem essencialmente para um mercado de massa.

Empresa familiar

- A família participa ativamente do processo produtivo e todos os projetos são organizados de forma a satisfazer seus interesses;
- O interesse da família determina as tomadas de decisões;
- A terra é vista como um patrimônio familiar e assegura a continuidade do grupo.

Camponeses ou de subsistência

- Suas bases são essencialmente familiares;
- Função de sobrevivência ou subsistência presente no modelo camponês, mas não está reduzido unicamente a isto;
- Existe vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.

Agricultura familiar moderna

- Também estruturada em bases familiares;
- Modelo muito presente no Brasil;
- Menos intensiva que a empresa agrícola;
- Pouco comprometida financeiramente;
- Muito retraída com relação ao mercado;
- Valoriza e busca desenvolver (ampliar) o patrimônio;
- Quanto às atitudes é mais próximo dos empresários;
- Fortemente ancorado na sociedade local, porém, geralmente são originários do processo de migração.

Analisando os quatro modelos descritos por Lamarche (1998), observa-se que apenas no modelo “empresas” a família não participa ativamente do processo de produção e tomada de decisões. Se considerarmos que as caracterizações principais da agricultura familiar estão fundamentadas em situações em que a força de trabalho utilizada no processo de produção, bem

como as tomadas de decisões partem basicamente da família, então, neste caso, poderíamos afirmar que todos outros modelos (camponês, empresa familiar e agricultores familiares modernos) são familiares? Em que estas considerações implicam?

Para Nazaré Wanderley (1999), as discussões sobre a agricultura familiar sugerem algumas hipóteses:

- a) A agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) Ao campesinato, corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) A agricultura familiar que se reproduz em sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades as quais a obrigam a realizar mudanças importantes em suas formas de produzir e em sua vida social tradicional;
- d) Estas transformações dos chamados ‘agricultores familiares modernos’, no entanto não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando antes um agricultor portador de uma tradição camponesa o que lhe permite, precisamente, adaptar-se as novas exigências da sociedade.

As situações descritas acima sugerem que a agricultura familiar não é algo estanque, parada no tempo e no espaço, mas está em constante transformação e evolução, adequando-se às condições as quais é submetida, sejam elas por situações internas, situações favoráveis ou restrições na família ou situações externas, no caso mudanças econômicas ou condições sociais oferecidas por meio de políticas públicas.

Para caracterizar os agricultores familiares do Município de Santo Antonio do Tauá, uma das definições mais aproximadas é a sugerida por Blum (2001), onde constata que a agricultura no Brasil apresenta característica heterogêneas, cujos produtores estão estruturados em dois modelos gerais: Agricultura patronal e agricultura familiar, que por sua vez poderão subdividir-se em novos modelos.

- Patronais: — Latifúndio
- Empresa capitalista
- consolidadas
- Familiares; — em transição
- periféricas ou de subsistência

Quanto às características dos dois grandes modelos temos:

- a) Modelo Patronal: completa separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante;
- b) Modelo Familiar: trabalho e gestão intimamente relacionados, direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo.

No que concerne às modalidades da agricultura familiar temos:

b.1) Familiar consolidada – Propriedades semi-especializadas e diversificadas. O proprietário mora na propriedade e geralmente possui menos de 200 ha, com concentração próxima a 50 ha. Usam alta tecnologia (mecanização e insumos modernos) e geralmente recorrem ao crédito rural para os investimentos.

b.2) Familiar em transição - maior nível de diversificação do que a consolidada. O proprietário mora na terra cujo tamanho geralmente é inferior a 100 ha, com concentração próxima de 20 ha. Quanto ao uso de tecnologia é médio, geralmente apresentando problemas no uso de insumos modernos. A utilização do crédito rural é menor ou incipiente.

b.3) Propriedade familiar periférica ou de subsistência - propriedades muito diversificadas. O proprietário mora na propriedade cuja área de terra disponível é inferior a 50 ha com concentração abaixo de 20 ha, usam baixa tecnologia, apresentam muitos problemas no uso ou simplesmente não usam os insumos modernos. A utilização do crédito rural é incipiente ou inexistente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele.

Para o caso de Santo Antonio do Tauá, e mais especificamente a nossa área de estudo, em função das características apresentadas, os agricultores provavelmente classificam-se como familiares em transição.

2.2 - A AGRICULTURA FAMILIAR E O CRÉDITO AGRÍCOLA

O conhecimento do comportamento dos agricultores familiares no que tange aos investimentos realizados a partir do crédito agrícola poderá ser significativo para viabilizar ou antecipar possíveis resultados.

Peixoto (2002), analisando os resultados dos investimentos do crédito na agricultura familiar, e discutindo sobre o crédito do FNO PRORURAL aplicado junto aos agricultores familiares na região da Transamazônica, e apoiada na compreensão de que a lógica econômica da reprodução familiar na unidade camponesa é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo, onde a atividade doméstica é inseparável da atividade produtiva, trabalhou a partir de três pontos principais: a) o caráter familiar da unidade de produção, b) o acesso aos meios de produção, entre os quais a terra e, c) a relação com o mercado. A autora enfatiza que os resultados do fracasso dos investimentos no processo produtivo podem ocorrer em diferentes situações. Uma delas é quando o volume de produção conseguido pelo agricultor não atinge o nível esperado, seja ele por fatores climáticos ou interferência de pragas e doenças. Outra situação que está diretamente ligada ao mercado é quando o volume de produção, muitas vezes dentro das expectativas da família, não consegue atingir os rendimentos necessários para suprir as necessidades do consumo familiar. Neste caso a decisão tomada na unidade familiar é evitar novos investimentos prevendo que “... o pagamento do empréstimo pode conduzir a inanição da família”.

Entretanto, sabe-se que o crédito rural é uma ferramenta altamente significativa para desencadear o desenvolvimento socioeconômico de uma família, possibilitando a saída da situação de subsistência para uma situação de inserção nos mercados. Neste caso, é no sistema de produção que ocorrem os efeitos imediatos.

Costa (2000. pág 114) amplia a reflexão sobre o caráter do termo camponês afirmando que “os camponeses são aquelas famílias que tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola, desenvolvida de tal modo que não se diferencia do universo dos que

decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado desta alocação”. Continuando, o autor apoiado nos clássicos da literatura camponesa, trabalha, a partir de Chayanov, considerando “[...] a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família no processo decisório da ‘empresa camponesa’ que, assim, constitui uma unidade indissociável entre a esfera de produção e a esfera de consumo”. Ou seja, são duas ênfases presentes ao se considerar estudo com camponeses. A primeira é que

[...] a unidade produtiva camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que possui enquanto família. Esta capacidade de trabalho tenderá a ser o limite, tanto para garantir a reprodução, como para empreender inovações. (COSTA, 2000).

A segunda lembra que:

[...] as forças que emergem das tensões contrárias – umas originadas das necessidades reprodutivas que impulsionam o trabalho e outras, das tensões derivadas do próprio exercício do trabalho que apelam ao lazer¹⁸ - estabelecem pela experiência pessoal dos componentes da família e sua vivência cultural, um padrão reprodutivo, isto é, um hábito de consumo ajustado a uma rotina de trabalho entendidos – isto é, subjetivamente avaliados – como adequados. Isso cria um ponto de acomodação que poderia ser expresso no volume de trabalho [...] que representaria o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. (COSTA, 2000).

Neste caso,

“As unidades de produção camponesas são estruturas distintas dos empreendimentos capitalistas porque estão centradas na reprodução de seus trabalhadores diretos. Todavia, enfatiza-se que elas reproduzem suas especificidades na realidade social do capitalismo, dado que, aqui como alhures, o campesinato supõe mercado. E tais relações se fazem por múltiplas mediações, estabelecendo a rigor as condições de realização de volume de trabalho do orçamento de reprodução...” (COSTA, 2000 pag. 114-115).

Estes aspectos da reprodução camponesa remetem-nos a reflexão de que muito mais do que buscar a compreensão da lógica interna de reprodução camponesa, precisa-se entender que

¹⁸ “ou substanciam uma subversão à penosidade do trabalho. (COSTA, 2000).

esta está inserida em um mundo capitalista. Neste sentido, pensar o crédito agrícola para a agricultura familiar sem levar em consideração estes fatores, certamente não se criaria condições para a melhoria da vida das famílias, mas sim, contribuir-se-ia para a permanência em um sistema de subsistência.

Portanto, um fator que poderá ser decisivo é a evolução das formas de produção, cuja pressão pode ser imposta principalmente pela pressão demográfica e a exigência pelos consumidores por novos produtos, criando a necessidade de modernização no sistema de produção e inserção no mercado, tornando imperativos os investimentos de crédito externo para garantir a reprodução da família.

O fato a ser observado é que o crédito agrícola exerce um importante papel no contexto da agricultura familiar. Tal situação poderá ser traduzida justamente pelo interesse da categoria em criar mecanismos de pressão política e principalmente organizativa, que possibilitasse a democratização e o acesso aos recursos para os investimentos necessários.

CAPÍTULO III - CREDITO AGRÍCOLA: DE ONDE VEM? PARA QUE?

No capítulo I discutimos sobre o Crédito Agrícola, sua evolução e os caminhos trilhados pelos agricultores familiares para obterem acesso. No capítulo II, realizamos uma revisão e discussão sobre o conceito que caracteriza a agricultura familiar buscando apoio teórico para as análises no terceiro capítulo.

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, discutindo e fazendo as aproximações, objeto desta dissertação.

3.1 - A HERANÇA DO CAMPESINATO

A compreensão do universo que caracteriza o termo “Agricultura Familiar” leva-nos a admitir que o Campesinato, tal como descreve Wanderley (1999), “vem a ser uma das formas tradicionais” desta categoria, pois, “ele tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global”.

A proposição de Wanderley descrita acima não deixa dúvida de que além do campesinato existem também outras formas (ou caracterizações) que poderão ocorrer dentro da categoria “Agricultura Familiar”, como por exemplo, os propostos por Lamarche (1998) e Blum (2001) tal como já descritos no capítulo II.

Compreende-se como camponesa aquela família cuja lógica de produção está voltada principalmente para atender as necessidades internas da família¹⁹. Neste caso a aplicação da força de trabalho em uma ou outra atividade produtiva, dependerá muito mais das necessidades da família do que da disponibilidade de mão de obra existente, Chayanov (1925/1986: 78 apud Abramovay, 1998:61), ou seja, é o “balanço entre trabalho e consumo” que justifica a lógica da existência da agricultura camponesa. Exemplificando, Abramovay (1998:61) descreve que “[...]”

¹⁹ Boa parte das discussões deste tópico estará baseada nas idéias propostas por Abramovay (1998), no capítulo II de “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”.

num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade (da mão de obra) não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares”. Em outras palavras, trata-se de compreender que “o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim, as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar”.

Compreender desta forma, não significa dizer que estas famílias não estejam inseridas no mercado por intermédio da compra ou venda de mercadorias, mas ao contrário, a determinação de estar ou não inserida depende exclusivamente de suas decisões. Porém, quando inseridas, suas atitudes estarão voltadas não na perspectiva de corresponder às regras impostas por este, mas sim, principalmente na busca da satisfação da família. Desta forma,

“A determinação do comportamento camponês por uma dinâmica fundamentalmente interna à família, não significa que esta se isole socialmente, produzindo para subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao progresso técnico. [...] Só que é da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamentos ou ao uso de insumos de origem industrial”. (ABRAMOVAY, 1998: 63)

Mas, o campesinato, no contexto de uma economia capitalista, tende a alterar suas relações com o mercado, principalmente quando ocorre a interligação dos estabelecimentos agrícolas com as agroindústrias (sejam elas capitalistas ou cooperativadas) onde os comandos das novas regras produtivas são por estas estabelecidas. Esta, porém, seria a principal forma da entrada do capitalismo na agricultura. Por outro lado, partindo-se da lógica da reprodução camponesa, esta

“[...] integração com a agroindústria só era (ou é) possível caso a integração econômica do estabelecimento camponês deixasse (ou deixe) de corresponder fundamentalmente às forças internas [...] passando a obedecer aos novos padrões

impostos pelas agroindústrias, de quantidades produzidas, qualidade, momento de venda [...]. Esta integração com a agroindústria significa em última análise que o camponês não é mais o sujeito criador de sua própria existência [...], situando-se não mais internamente no estabelecimento camponês, mas agora está no mercado [...]”. (ABRAMOVAY, 1998: 69).

Dito de outra forma, com a evolução do capitalismo no mundo rural, mesmo que os agricultores familiares, no caso os camponeses, possuam lógica interna de reprodução, torna-se praticamente impossível o campesinato conservar suas características constitutivas. Neste sentido é que se confirma a proposição de Wanderley (1999), afirmando que no contexto da caracterização da Agricultura Familiar existem diferenciações que podem ser percebidas entre famílias de acordo com suas relações ou grau de inserção no mercado e na sociedade global, pois os

“[...] laços comerciais que convertem a unidade familiar natural, isolada em uma pequena produtora de mercadorias, são sempre o primeiro caminho para a penetração das relações capitalistas no interior do país. Através destas conexões, cada pequeno empreendimento camponês torna-se parte orgânica da economia mundial, experimenta os efeitos da vida econômica geral do mundo, dirige-se poderosamente, em sua organização pela demanda do mundo econômico capitalista, e por sua vez, junto com milhões de unidades familiares semelhantes, afetam o conjunto do sistema da economia mundial”. CHAYANOV (1925/1986: 258 Apud ABRAMOVAY, 1998, pág. 69,)

De acordo com Abramovay, esta é uma constatação antiga já identificada por Chayanov ainda no princípio do século XX quando estudava a evolução da agricultura na Rússia, cuja tendência já era percebida fortemente em outros países em que as relações capitalistas já estavam mais avançadas como na Dinamarca, por exemplo, no final do século XIX.

Se de um lado era inevitável, mesmo que em longo prazo a invasão do capitalismo no meio rural, por outro, Chayanov, idealizando um mundo socialista, acreditava que a criação de cooperativas poderia ser uma alternativa eficiente de organização dos agricultores, uma vez que mesmo inseridos no mercado, poderiam estar unidos em um sistema mais equitativo. A

cooperativa, na busca de eficiência para atender seu lado econômico comercial, inevitavelmente acabaria por influenciar os agricultores a investir na modernização da produção de forma a atender as demandas de mercado o que não a descaracterizaria. Esta constatação pode ser percebida quando Abramovay lembra que a inserção dos agricultores em cooperativas

“obrigam o pequeno produtor a mudar o plano organizacional de suas atividades produtivas segundo a política de vendas e processamento da cooperativa, para melhorar suas técnicas e adotar métodos aprimorados de cultivo e criação, garantido um produto inteiramente estandardizado, sujeito a um cuidadoso trabalho de seleção, embalagem e engarrafamento segundo a demanda do mercado mundial”. CHAYANOV (1925/1986: 268 Apud ABRAMOVAY, 1998 pág. 70)

Percebidas estas situações no início do século XX, após quase um século de evolução, conforme descreve Wanderley (1999), “[...] que hoje a agricultura assume uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente a sociedade nacional [...]”, no entanto, a própria autora reconhece e formula tal situação identificada como uma hipótese, que “estes novos personagens, ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também ao mesmo tempo o resultado de uma continuidade.” (WANDERLEY, 1999).

Se concordarmos com esta hipótese da existência de um “*continuum*”, onde empurrados pela evolução do sistema capitalista os próprios camponeses tendem a alterar seu comportamento no que tange a lógica produtiva, desta forma fornece-nos pistas para compreender a situação dos agricultores envolvidos em nosso caso estudado. Afinal, boa parte dos agricultores familiares que compõem o meio rural daquele município, continuam a sua reprodução baseados na lógica camponesa. Vejamos os fatos:

3.1.1 - A difícil iniciativa de organização dos agricultores

O trabalho desenvolvido por PEIXOTO (2002), no qual analisou a influência do crédito FNO Especial para Agricultura Familiar na Região da Transamazônica, demonstrou claramente que a partir de 1992 houve um aumento considerável de associações de agricultores familiares que possivelmente foram criadas para ter acesso ao crédito, uma vez que era necessário estar inserido em uma associação para atender às exigências impostas pelas agências financeiras responsáveis pela liberação dos recursos.

Este aspecto reflete também na realidade das associações aqui pesquisadas. Os dados levantados durante a pesquisa de campo demonstram que o nível de organização e participação²⁰ política dos produtores são frágeis, bem como os resultados ou benefícios obtidos a partir da criação destas, resumem-se apenas em aquisição do crédito agrícola. O que se observa é que a lógica econômica que move estes agricultores ainda está baseada na simples reprodução do conjunto familiar, que opera distante da lógica econômica de mercado capitalista. A iniciativa de criação das associações neste contexto pode apresentar duas faces distintas. De um lado, na visão das instituições financeiras assim como da própria FETRAGRI, estas são vistas como instrumento de organização, também econômica, para inserção dos agricultores e de seus produtos no mercado, uma vez que proporciona um volume maior de produção se considerar o conjunto de produtos possivelmente produzidos pelos sócios. Do outro, na visão dos agricultores, esta seria apenas mais uma etapa ou exigência burocrática para obter o acesso ao crédito. Se o trabalho desenvolvido no conjunto familiar visa principalmente a satisfação interna da família, ou melhor, a simples reprodução familiar, sem que esteja presente os

²⁰ O termo participação aqui apresentado, poderá ser compreendido tal como sintetizado por Chauí (2000: 431-432 apud Halmenschlager 2003,) em que “os cidadãos sem distinção de formação, sexo, raça ou credo, são sujeitos de direitos e que, onde estes não estejam assegurados, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los”.

objetivos de acumulação de capital, então os recursos disponibilizados pelo Governo por intermédio de linhas de crédito agrícola podem adquirir outros objetivos nas mãos dos agricultores, diferentes do proposto para aumento do volume e qualidade da produção. Ficamos evidente tal situação quando em entrevista com um agricultor, que também é sócio fundador da associação, lembrou que:

[...] o presidente da EMATER que até hoje continua sendo, [...] que falou pra um cunhado meu que estava tendo um crédito para os agricultores, um crédito financiado pelo Banco BASA, mas tinha um meio mais fácil pra se conseguir esse empréstimo por intermédio de associações, por que individual, o Banco ia precisar de um avalista e esse avalista tinha que ser pessoas que tivessem uma importância de dinheiro no Banco, e pela nossa associação era mais fácil por que não precisava de avalista, a associação ia ser a avalista e os produtores iam avalizar para outros, então tinha menos burocracia. Ele falou que pra formar essa associação, a gente convidou os sócios e fundamos a associação. (Agricultor da associação Trombetas – Entrevistado durante a pesquisa de campo- dezembro de 2004).

Na opinião do chefe do escritório local da EMATER, tal situação ocorre de forma generalizada no município. Foi assim na corrida para o FNO especial, e possivelmente estará acontecendo agora com a possibilidade de um novo crédito proporcionado pelo Governo Federal, o PRONAF, conforme observado no relato abaixo:

[...] Porque o que o pessoal está fazendo por aí pra tentar sair da inadimplência do crédito é criando outra associação na mesma comunidade. Tem lá a Associação de moradores e tem vinte sócios, tem dez inadimplentes, os outros dez saem e criam outra associação pra tentar novo financiamento [...]. (entrevista com chefe do escritório local da EMATER – dezembro de 2004)

Estas situações descritas acima deixam transparecer que o trabalho em prol dos objetivos comuns estabelecidos no ato da criação da associação, que deveria ser o elemento motivador da participação e na busca dos resultados, esgota-se com a aquisição do crédito sem ter mais ações a serem desenvolvidas. Desta forma, torna-se evidente que os objetivos da associação não estão

claros entre os agricultores ou pelo menos não são discutidos e definidos de acordo com as necessidades da comunidade.

Esta falta de clareza nas ações e objetivos coletivos que se almeja por intermédio da associação, transforma a própria organização em um instrumento frágil percebido pelos próprios agricultores, mas que em seu interior, nada, ou quase nada é feito para reverter a situação, a exemplo, a própria eleição de um novo presidente torna-se uma atividade tão simples que aparentemente, de acordo com a visão do chefe do escritório local da EMATER, é visto como uma “chacota²¹” entre os agricultores, conforme observado no relato abaixo:

[...] infelizmente as nossas associações foram criadas por pessoas que não tem muito estudo, não tem muita clareza e não tem visão de crescimento econômico para a associação. Outra questão que eu vejo nas associações é que o pessoal elege o presidente da associação, na comunidade, parece assim que o produtor elege o mais bobo, sabe, parece que pra ele aquilo é “chacota”. Um diz assim “ah! vamos colocar o fulano como presidente” e todo mundo vota [...]. (entrevista com chefe do escritório local da EMATER- dezembro de 2004).

De acordo com Panzutti (s/d), estas situações poderão ser compreendidas como falta de objetivos ou falta de uma análise e definição das necessidades, elementos indispensáveis para o estabelecimento de objetivos e metas, e descreve: “se os objetivos do grupo social são claros torna-se mais fácil a organização de uma associação ou uma cooperativa [...]”. Neste caso, o que se questiona é o seguinte: Quais seriam os verdadeiros objetivos (que estão intimamente relacionados com as necessidades dos agricultores) motivadores para a criação de uma associação? Seria o crédito um objetivo ou apenas um meio para atingir os objetivos? Partindo deste questionamento, e tendo em vista as restrições financeiras que envolvem as famílias de pequenos agricultores no meio rural, deixa-nos claro que se o crédito agrícola for visto como objetivo seria apenas para remediar um problema em curto prazo para satisfazer as necessidades

²¹ De acordo com o dicionário Aurélio, o termo “chacota” poderá ser compreendido como escárnio, zombaria, menosprezo

imediatas da família, uma vez que a disponibilidade de recursos reduziria a penosidade do trabalho, e não para cumprir o papel enquanto recursos para investimentos na produção a fim de gerar receitas com vistas à acumulação de renda para a família, assim como criar as condições a partir da comercialização da produção gerada, de pagar os valores de crédito investidos acrescidos de seus respectivos juros, tal qual como estabelecido no plano de aplicação dos recursos anteriormente elaborado.

Se o crédito for visto como um fim, neste caso toda e qualquer participação do indivíduo, seja na associação ou cooperativa, estará limitada não pelos laços de compromisso firmado com os demais sócios para conquista dos objetivos de acordo com as necessidades levantadas coletivamente no ato da criação da organização, mas sim, em satisfazer unicamente necessidades individuais. O relato do presidente da associação N. Sr^a do Remédio pode ser ilustrativo desta questão:

[...] Olha, agora foi um sócio lá em casa pegar uma declaração, que ele quer se aposentar, ele tem financiamento, ele disse “é você me dá uma declaração, eu estou atrasado com a mensalidade da associação, mas o principal é pegar logo neste dinheiro que vem do Governo”. Eu fiquei olhando para ele, a instituição que é primeira que você tem que assumir com a sua responsabilidade, não, acha que deve pegar logo o dinheiro. A questão é que depois que ele tiver sido beneficiado ele não está nem aí mais com ninguém, então as coisas são assim, hoje há pessoas na nossa comunidade que adotam esta medida, [...]. (entrevista com agricultor, presidente da associação Nossa Sr^a dos Remédios – dezembro de 2004)

Outro fator importante a ser observado neste relato acima, é que em função da inexistência de uma consistência na organização, a diretoria, que muitas vezes é representada unicamente pela pessoa do presidente, acaba tomando para si a tarefa de “*buscar coisas novas*” para os associados. Estas “*coisas novas*” deveriam ser compreendidas como as ações definidas entre o conjunto de associados, guiados principalmente pelos objetivos e anseios definidos

anteriormente. Desta forma a diretoria não assumiria para si as tomadas de decisões, o que de certa forma caracteriza uma ação corporativista.

No geral, o que fica evidenciado é que enquanto as instituições financeiras buscavam nas estruturas organizativas dos agricultores uma forma de garantias do retorno dos valores investidos, talvez influenciados pela configuração histórica de organização criada através dos STR e FETAGRI, CONTAG, para os agricultores familiares (ou pelo menos parte deles), em função da inexistência de conhecimentos sobre a configuração desta nova forma de organização exigida, a criação ou participação de associações, que para muitos poderia traduzir-se em apenas “inserir seus nomes na ficha de cadastro de uma associação”, era apenas mais uma etapa a ser cumprida para viabilizar o seu acesso ao objetivo principal, que eram os recursos financeiros almejados através do crédito agrícola.

Reis (2002), analisando a dinâmica do cooperativismo alternativo na região Nordeste do Estado do Pará, nos dá pistas sobre a possibilidade de que o caráter da organização social atual, bem como a forma de atuação dos agricultores perante o crédito agrícola poderá estar intrinsecamente relacionado com a configuração histórica de sua criação e desenvolvimento ao longo dos anos.

No final da década de 80 os trabalhadores rurais encetam um novo modelo de organização²², apoiados principalmente pela Igreja Católica e ONGs²³, onde se propunha uma

²² Como público atuante nestas organizações estava os Agricultores Familiares, pescadores, moradores de bairro, grupos de mulheres, que desejavam construir uma proposta alternativa ao modelo fomentado pelo estado. Este CA tinha como proposta organizar projetos de geração de renda e formação política realizada por meio de diversas técnicas, principalmente de formação.

²³ Os principais agentes promotores do CA foram a Igreja Católica de Confissão Luterana, através das pastorais como a Cáritas Brasileira, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, as ONGs como a FASE, o Serviço Voluntário Internacional – SVI; Mãos Estendidas – MANITESE, MLAL e os STRs.

nova forma de organização de base, o então denominado Cooperativismo Alternativo – CA²⁴. Este sistema de organização era visto como uma resposta ou contraposição ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo até aquela época.

Como resultado do trabalho realizado, pode-se observar a criação de inúmeras formas de organização no âmbito do CA tais como as cantinas comunitárias, as caixas agrícolas, as revendas comunitárias²⁵, os revendões, cantinões²⁶ ou central de comercialização, o que de certa forma apresentava-se como emergência e/ou prioridades entre os agricultores, principalmente para dar respostas às situações econômicas, cuja tendência era um empobrecimento progressivo, uma vez que, a maioria era dependente de relações assistencialistas e clientelistas estabelecidas com comerciantes e atravessadores locais.

Estes novos movimentos sociais, acompanhados e/ou assessorados pelas igrejas e ONGs, voltados principalmente para as demandas econômicas, tais como as revendas, as cantinas etc. contribuíram para que os agricultores pudessem, a partir de suas ações, buscar soluções para seus problemas imediatos. Esta ênfase positiva também foi retratada por Scherer-werner (1999 apud Reis 2002), onde assinala que “mesmo considerando a diversidade de interesses ideológicos que permeiam as ações das ONGs junto à organização do CA, contribuíram para implantar o caráter organizacional baseado em parcerias, iniciativas cidadãs, além de

²⁴ As organizações do CA que se fundam inspirados nas concepções das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e se propunham a construir uma comunidade tendo presente uma utopia, como esperança de transformações políticas, interpretando e animando suas lutas na leitura da bíblia, nos cânticos nos tambores e na mística

²⁵ As cantinas e revendas eram pequenos comércios comunitários, cujo objetivo era o de comercializar gêneros de primeira necessidade para os agricultores, ao passo que as negociações de compra e venda poderia ser feita também, mediante a entrega da produção pelo agricultor. Estas cantinas eram administradas pelos próprios agricultores, e a aquisição das mercadorias era feita nos comércios da cidade ou da capital conforme o caso.

²⁶ Os cantinões ou revendões possuíam caráter regional e foram criados no sentido de fornecer os produtos necessários às cantinas, uma vez que comprando em quantidades maiores poderiam negociar com atacadistas ou mesmo as fábricas. Esta era uma forma de fazer com que os preços pudessem ser mais acessíveis aos agricultores.

articulações mais horizontalizadas, evitando o centralismo e a burocratização organizacional. (REIS, 2002).

Entretanto, de acordo com Reis (2002), a presença das ONGs junto aos agricultores era vista por duas faces diferenciadas. A primeira, como assessoria ou acompanhamento de caráter educativo a fim de tornar os próprios agricultores os sujeitos da mudança. A outra face, era a percepção de que esta atuação seria a de “mediadora de recursos para implementar projetos econômicos. Neste caso, trata-se de uma ação controvertida sobre a qual há posicionamentos de que a ajuda financeira por um lado favorece a atuação dos movimentos populares e, por outro, se reveste de caráter clientelista, com todos os atributos indesejáveis que esta prática representa” (REIS, 2002 pag.112).

A estrutura de organização até então definida, mesmo que inconscientemente, poderá estar revelando outras faces da mesma história, pois, de acordo com Moller (1991 apud Reis 2002), baseado na teoria do clientelismo adverte que “a relação entre ‘cliente’ e ‘patrão’ é uma relação pessoal entre indivíduos de status sociais desiguais, ditos de outra forma, ambos reconhecem nesta relação pessoal que um está acima do outro”. Estas situações “poderão ser caracterizadas como um ‘mercado de doações’, porém, as conseqüências destas, não trazem soluções para problemas básicos dos setores populares, ao contrário, podem até reproduzir inseguranças e dependências dos beneficiários ao invés de se consolidarem pelo esforço de suas lutas” (REIS, 2002 pag. 112 e 113).

Esta mesma autora sugere que

“há casos em que tanto um ator (agencias e ONGs) como outro (grupos populares) se parecem, com posições destacadas se configurando dentro do sistema de poder local como um ‘novo patrão’, uma vez que os doadores carregam consigo um ‘projeto’, que para a maioria das populações naquele município onde atuam tem um significado: *meio para conseguir recursos externos*”.

Continuando o raciocínio, baseada em Moller, argumenta que: “os camponeses podem escolher se preferem relacionar-se com o caudilho político local, um comerciante intermediário, um latifundiário ou um representante do organismo doador, cada qual oferecendo um tipo diferente de bens ou vantagens” (REIS, 2002. pág. 113).

Conforme já descrito no capítulo I, no ano de 1991, os trabalhadores ligados ao movimento sindical, assim como as entidades do CA, apoiadas no âmbito do estado pela FETAGRI, dão início a uma ampla mobilização de luta contra a violência no campo assim como pela reivindicação de políticas públicas para a agricultura familiar.

Para Reis (2002), estas ações “despertaram um novo momento de ação política entre os agricultores”. Enquanto na década de 80, as organizações estavam orientadas na contraposição ao governo, na década de 90 a compreensão de que a concretização do desenvolvimento no meio rural só se daria por intermédio da utilização dos espaços públicos, fez com que todas as estratégias de organização do meio rural fossem revistas e reestruturadas. Neste novo contexto de reivindicações, o crédito agrícola²⁷ aparece como uma das principais bandeiras de luta, uma vez que as poucas iniciativas de crédito produtivo para os agricultores familiares existentes até então, eram os investimentos realizados pelas ONGs.

Uma vez conquistado o direito ao crédito pelos agricultores, o Banco da Amazônia, como o principal gestor dos recursos, em acordo, condiciona as operações do FNO Especial, somente para os agricultores organizados nas associações, o que de certa forma seria um novo modelo de organização, pouco difundido até então entre os agricultores. Este fato, de acordo com Reis (2002), “foi decisivo para reorientar o associativismo no Pará, onde se viu uma

²⁷ Como resultado da mobilização destaca-se a reorientação do crédito FNO para FNO – Especial, fato que proporcionou a readequação e conseqüentemente o acesso aos pequenos agricultores.

criação desenfreada de associações e cooperativas, motivadas certamente pela oportunidade de crédito”. Verifica-se também que “As organizações de base do CA que até então funcionava por critérios definidos entre os participantes, readequaram sua natureza jurídica para associação ou cooperativa” conforme o caso.

No contexto da pesquisa analisada também esteve permeada pelos mesmos organismos articuladores, tal qual como analisado por Reis (2002). Também Pereira (2002), em trabalho de pesquisa realizado na região de Santo Antonio do Tauá, (em especial na comunidade Nossa Senhora dos Remédios onde também é o nosso caso) destaca que “o grau de organização dos moradores é representativo e cada agricultor encontra-se vinculado a pelo menos uma associação, que podem ser: associação de moradores; associação de produtores rurais e sindicato de trabalhadores rurais ou associações religiosas como clubes de mães e grupos de mulheres”.

Em análise mais detalhada, esta mesma autora identificou que:

“Observa-se uma tendência ao fortalecimento e até mesmo a revitalização de associações que estavam paralisadas. Do mesmo modo, nas comunidades em que as associações não se encontram legalmente constituídas, os agricultores manifestam interesse em proceder a regularização por acreditarem que, assim, terão acesso ao financiamento ou outra forma de apoio a produção” (PEREIRA, 2002 pag. 84 e 85).

Os dados e relatos acima nos deixam evidente que existe uma relação marcante entre a forma como foi conduzida historicamente a organização dos trabalhadores no campo e a formação das opiniões destes nos dias atuais. Tanto no que tange a criação das associações assim como sobre o pagamento de débitos contraídos com financiamentos agrícolas. Cumpre-nos justificar também que no ato da criação das associações, ao invés de retratar os anseios dos agricultores, na possibilidade de buscar solução para os problemas vivenciados no meio rural, no caso estudado, inconscientes ou não, a ênfase principal foi dada a obtenção de crédito.

Outro fato importante a ser observado, é que nas discussões deste tópico, deixa-nos clara a presença de ONGs tanto externa como internas (no caso a própria Igreja católica) na iniciativa de inserção, de uma forma ou outra de novos padrões tecnológicos produtivos com vistas à melhoria da renda das famílias. A dinâmica local de desenvolvimento demonstra que o processo de agroindustrialização ainda é restrito, assim como o número de cooperativas ou empresas que atuam neste contexto também é altamente incipiente, e que de acordo com demonstrado por Abramovay (1998), seria este um dos principais instrumentos ou mecanismos para a criação de novos padrões no sistema de produção. Afinal, no caso estudado, os principais produtos produzidos e comercializados são a farinha de mandioca e as hortaliças, cujos mercados mais significativos que absorvem esta produção são as feiras livres ou a própria CEASA no Município de Belém, onde pouco lhe é exigido em termos de quantidade e regularidade na entrega da produção.

O crédito agrícola contraído pelos agricultores por intermédio do FNO foi o principal elemento motivador de mudanças tecnológicas no sistema de produção onde poucos foram os agricultores que assimilaram as novas tecnologias, o que pode ser comprovado em análise do quadro abaixo, onde busca-se uma comparação das atividades realizadas pelos agricultores antes e depois da obtenção do crédito e as atividades desenvolvidas atualmente.

Quadro 03 - Comparativo das atividades realizadas pelos agricultores antes do FNO e nos dias atuais²⁸.

Nº do produtor	Em que trabalhava antes do FNO	O que financiou	Com o que trabalha nos dias atuais
1	Roça	Coco	Roça
2	Horta manual	Horta	Horta

²⁸ Nesta tabela analisaram-se os dados apenas dos 09 agricultores financiados pesquisados, sendo 03 de cada associação.

3	Mandioca + emp. na escola	Coco	Professor
4	Fabricação de canoa	Horta	Fabricação de canoa
5	Horta+ pimenta do reino	Horta	Horta + pimenta do reino
6	Roça	Horta	Horta + roça
7	Empregado em horta	Horta	Horta
8	Roça + anuais	Horta	Vendeu o lote e foi para a cidade
9	Roça	Horta	Horta no inverno

Fonte: pesquisa de campo realizada no Município de Santo Antonio do Tauá em dezembro de 2004

Dos dois agricultores que obtiveram crédito para investimentos na cultura do coco, não houve mudanças no sentido de incorporação da nova cultura em seu cotidiano. Um, continua trabalhando com roça e o outro em função das ligações que possuía com a escola no primeiro momento, passou a exercer a atividade de professor.

Dos demais produtores que investiram o crédito para a implantação de hortas irrigadas temos a seguinte situação: para os agricultores que já desenvolviam atividades com horta um total de três, ainda hoje continuam com suas atividades, o que de certa forma pode-se concluir que são os agricultores que na atualidade apresentam condições de pagamento do crédito. Para os agricultores que não conheciam a atividade, um total de quatro agricultores, apenas dois continuam com a atividade mesmo que de forma incipiente, ou seja, apenas no período de inverno, pelo fato de neste período o preço do produto tornar-se maior em função das chuvas e conseqüentemente a escassez de produto nas feiras, local onde comercializam, entretanto, pode-se observar que esta não é a atividade principal da família tal qual como as três famílias que dispunham de maiores conhecimentos técnicos e práticos com a cultura. Quanto aos últimos dois agricultores, um vendeu sua terra e mudou-se para a cidade, e o outro continua investindo

na fabricação de canoas, ou cochos²⁹ como são chamadas no local, demonstrando que a tentativa de mudanças da forma de trabalho, não foi assimilada, conforme percebida no relato abaixo.

“[...] mas também outros entraram por influência “poxa vida eu não tenho plantio, mas tenho mato, e esta chegando este crédito e eu vou pegar”. Não tinham o começo, entraram para o grupo e muitos se deram bem, outros não tinham experiência e se acabaram. Os que tinham experiência ainda estão até hoje”. (Agricultor – Associação São Tomé – dezembro de 2004).

A compreensão da agricultura como uma evolução, onde aos poucos novas técnicas são disponibilizadas e com isso as alterações nos padrões de trabalho, sugerem que, ao compararmos as atividades desenvolvidas pelos agricultores na região pesquisada, o nível de tecnologia empregado na produção de hortaliças bem como o grau de intensificação da produção é superior ao utilizado na produção da roça, assim como na fabricação de canoas. As novas tecnologias apresentadas por ocasião do crédito e conseqüentemente os equipamentos de irrigação, intensidade na adubação, rotação de culturas, etc. submeteu os agricultores a uma alteração no ritmo de trabalho. Este novo ritmo só foi seguido pelos agricultores que, de certa forma já dispunham de conhecimentos o suficiente para dar continuidade as atividades, o que não aconteceu com os demais.

Na visão do presidente do STR estas diferenças existentes entre os agricultores são percebidas da seguinte forma:

“[...] eu fui mostrar pra ele quem é o morador da colônia. **Morador da colônia** é aquele companheiro que tem a roça, mas ele não sobrevive só daquela roça, ele mora lá, trabalha lá na agricultura, mas ele não sobrevive só daquilo, ele não tem

²⁹ São denominados cochos pelo fato de serem fabricadas a partir de um tronco de árvores onde são escavados manualmente até adquirirem o formato de uma canoa.

perspectiva de aumento de renda, planta dez pezinhos ali, uma tarefinha de roça, só isso, ele fica nisso, às vezes batalhando a vida toda, ele nunca procurou melhorar a vida, e tem o **agricultor familiar** que é aquele que parte pra luta com a família, que vai buscar financiamento, ele vai atrás de ver como é que ele paga o comércio, estas coisas todas, ele já é mais esclarecido [...]”. (entrevista realizada com o presidente do STR- dezembro de 2004 - grifo nosso).

O relato descrito acima deixa-nos transparecer que existem no mínimo dois tipos de agricultores presentes no meio rural daquele município: os que realizaram os investimentos e prosseguem em suas atividades até os dias atuais e hoje teoricamente apresentam maiores condições de quitarem seus débitos junto ao banco, e os que não investiram e atualmente não tem condições de pagar o crédito outrora adquirido.

Conforme já descrito no capítulo II, as aproximações de caracterização da agricultura familiar propostas por Blum (2001), em comparação com os relatos dos agricultores e as situações expostas poderão ser um ilustrativo para compreendermos a situação atual.

Blum (2001) caracteriza a agricultura familiar subdividindo-a em três grupos: a) – Agricultores familiares Consolidados, b) - Em transição, e c) - Periféricos ou de subsistência. Neste caso, se analisarmos as condições de trabalho local, investimentos tecnológicos e grau de diversificação e acesso ao crédito, em uma tentativa de compreender a estrutura da Agricultura familiar local, pode-se auferir que tais agricultores, de acordo com o relato do presidente do sindicato acima descrito, poderão enquadrar-se como: a) - Em transição- que seriam aqueles que a partir do financiamento, realizaram os investimentos e continuam, com suas atividades, investiram em tecnologia (materiais de irrigação, etc.), porém, são famílias que ainda não estão consolidadas; e b) – Periféricas ou de subsistência – que são aquelas famílias que não assimilaram as tecnologias. Quando realizaram os investimentos (compra de equipamentos e mudança na forma de trabalho) não possuíam conhecimento técnico e prático o suficiente para

dar continuidade ao projeto, acarretando em prejuízos para a família em função do endividamento.

Se considerarmos que a caracterização do campesinato assemelha-se à classificação de Blum, identificados como periféricos ou de subsistência, então, situação semelhante as nossas conclusões também foram identificadas por Abramovay (1998), onde em estudos realizados no Município de Santo Antonio do Tauá, por pesquisadores do convênio FINEP/INAN/FASE (1978), demonstraram que neste município, naquele período, ainda existiam fortes indícios da presença do campesinato, identificados principalmente nas relações externas, econômicas no caso, (sistema de venda da produção na palha, na tomada de crédito para custear adubação das culturas e empréstimos financeiros para custear necessidades da família, assim como a compra fiado de produtos de primeira necessidade) junto aos atravessadores e comerciantes locais.

Esta presença ainda marcante do campesinato no âmbito das localidades pesquisadas induz que o interesse pelo crédito demonstrado pela maioria dos agricultores pode ser compreendido no sentido de que teria muito mais interesse em reduzir a penosidade do trabalho da família do que cumprir o papel de elevação da renda familiar através de investimentos em tecnologias com vista à elevação e melhoria da qualidade e quantidade dos produtos produzidos. Pois no contexto do campesinato “a aplicação do capital não depende apenas do fato de que ela pode reduzir a penosidade do trabalho, mas, sobretudo dos impactos que os gastos com investimentos terão sobre o consumo familiar e dos usos alternativos do trabalho poupado” (ABRAMOVAY, 1998:63).

3.2 - DESVIOS DE RECURSOS X RESPONSABILIDADE DOS AGRICULTORES

Outro fator que contribuiu para a formação da opinião avessa ao pagamento do financiamento foi a forma pela qual foi executado. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco da Amazônia os recursos foram liberados da seguinte forma:

- a) Recursos para aquisição de insumos e materiais – liberados diretamente para a empresa responsável pelo fornecimento dos produtos, depois de realizadas as negociações com os produtores ou seus representantes (no caso a diretoria da associação).
- b) Recursos destinados ao preparo da área, implantação da cultura e manutenção dos plantios - liberados para os agricultores por intermédio da associação. A diretoria da associação, por sua vez, repassava a parte correspondente a cada agricultor beneficiado.

Esta forma de liberação dos recursos gerou desconfiança entre os agricultores uma vez que os valores repassados a estes, de acordo com os relatos, não correspondiam aos valores descritos no projeto. Ademais, há indícios de que na região, diversos presidentes de associações estavam beneficiando-se com a situação por meio de negociações fraudulentas com fornecedores mediante a compra de produtos superfaturados.

O coordenador local da EMATER reconhece tal situação apesar de apontar outro município como exemplo, mas relata:

“[...] houve problemas, não aqui, mas em outros municípios, inclusive São Caetano de Odívelas, onde presidentes de associações andaram desviando dinheiro dos produtores. Com isso o Banco generalizou, quer dizer, não liberou mais recursos da associação em nome do presidente, liberou direto para os sócios [...]”. (entrevista com chefe do escritório local da EMATER – dezembro de 2004).

Este fator foi percebido em praticamente todas as entrevistas realizadas com os agricultores financiados nas três associações. Relatos como os apresentados a seguir são indicativos desta afirmativa.

“[...] quem fez a compra foi a EMATER e o presidente da associação. Negociaram, aí já era tarde; é isso que eu digo, nós podíamos ser os culpados? Sermos culpados de não ter dado certo o projeto? Se nós pegássemos os dez mil e quinhentos reais na mão, e cada um de nós fosse fazer a compra ou então os produtores desviassem parte dos recursos para outra coisa, daí sim éramos os culpados. Mas nós não fizemos isso, nós não tivemos condições de fazer a compra de nada, tudo foi feito por eles [...]”. (Entrevista com agricultor - Associação São Tomé – dezembro de 2004)

“[...] mas só que não foi liberado assim, para agente pegar o dinheiro e comprar o que quisesse porque saiu tudo pela metade, o dinheiro foi gasto com motor, encaenação, borracha, adubo químico, adubo orgânico, sementes, tudo a um preço muito alterado. O dinheiro que saiu para nós foi quinhentos reais. Como a gente tinha a área do plantio para preparar, o trabalho que eu mandei fazer foi seiscentos reais, não cobriu o que eu tinha gasto, fora a minha mão-de-obra aplicada lá também. Compraram tanto do adubo orgânico que estragou muito. Eu fui muito lesado neste negócio, porque os empresários que estavam interessados, enquanto estava com aquele projeto não saíam daqui. O empresário da Amazon Diesel chegou aqui em casa para vender motor eram onze horas da noite [...]”. (Entrevista com agricultor - Associação Nossa Sr^a dos Remédios – dezembro de 2004).

“[...] a gente precisava, por exemplo, tantos metros de adubo orgânico, adubo químico, aí a EMATER preparava os documentos e ia na IANETAMA. A IANETAMA liberava aquele adubo e o banco pagava direto para IANETAMA. Assim que era o negócio. Chegava o adubo aqui e muitas vezes nós nem estávamos sabendo”. (Entrevista com agricultor - Associação Nossa Sr^a dos Remédios – dezembro de 2004).

Esta conjuntura de incertezas e desconfianças disseminava entre os agricultores a falta de responsabilidade e comprometimento com a situação criando um clima altamente favorável a dispersão de conversas contrária às regras do financiamento que estava sendo implementado. Desta forma, começava a circular boato entre produtores, oriundos tanto de outros produtores quanto de comerciantes e atravessadores locais interessados na situação, uma vez que forneciam insumos e produtos muitas vezes superfaturados e com qualidade inferior, de que tais recursos eram para investimento a fundo perdido.

A situação tendeu a agravar-se quando os agricultores, após terem adquirido os equipamentos e não dispunham de local adequado para armazená-los, e pelo valor agregado que possuíam, foram vítimas de outros que, se aproveitando da situação, furtaram diversos equipamentos conforme relatos.

“[...] é, roubaram, lá (na roça) tem o que é do empréstimo, a bomba, essas coisas mesmo, mas o motor, antes de um ano o ladrão foi lá e roubou [...]”. (Entrevista com agricultor - Associação Trombetas – dezembro de 2004).

“[...] Pra quem não tinha nunca pego um motor ou outro material qualquer, até que foi uma ajuda, mas de alguns agricultores o ladrão levou os motores, [...] o ladrão levou tudo, só não levou o meu [...]”. (Entrevista com agricultor - Associação São Tomé – dezembro de 2004).

A formação da opinião dos agricultores com relação ao pagamento dos recursos financeiros adquiridos por intermédio do financiamento começava a revelar resultados desfavoráveis pelos seguintes motivos: a) os agricultores que estavam recebendo crédito, na opinião de parte deles, os valores que realmente chegavam a suas mãos não condiziam com o descrito no projeto; b) A maioria dos agricultores nunca haviam tido contato com tamanho volume de recursos e bens, o que gerou grandes dificuldades na administração; e c) a possibilidade de ações desonestas, praticadas pelos presidentes de associações, atravessadores e comerciantes, com os recursos que deveriam ser administrados pelos agricultores, contribuiu para elevar o grau de desconfiança entre eles e seus representantes, gerando falta de compromisso com o pagamento do crédito junto ao banco. O relato abaixo se torna um indicativo da insatisfação sentida pelos agricultores.

“Porque essa forma como é feita foi mal organizada, isso aí é tudo enrolação em cima da gente. [...] porque se não dessem tanto rodeio, se (o dinheiro) viesse direto do banco pra mão do agricultor, tudo bem, mas aí fica passando por rodeio, pra negócio de [...] sabe como é, o cara vai tirando uma pontinha chega à mão do agricultor não sobra nada mais, é só a dívida pra pagar, foi o que aconteceu com a gente”. (Entrevista com agricultor – Associação São Tomé - dezembro de 2004).

Pela observação dos dados acima se pode inferir que houve um conjunto de fatores que contribuíram para a formação da opinião dos agricultores a respeito dos investimentos e possíveis pagamentos do crédito agrícola. A falta de clareza nas negociações para a aquisição de insumos, as indefinições quanto a sua aplicação e a possibilidade de ações desonestas exercidas pelos seus líderes, são os principais elementos norteadores.

3.3 - A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE OPINIÕES

A pesquisa revelou também que no geral as informações quase nunca chegam até os agricultores. Quando chegam, na maioria das vezes são ineficientes ou contraditórias.

Estas informações interferem de forma decisiva na formação da opinião dos produtores, que, conforme discutido por Abramo, (2003) em seu texto sobre o “significado político da manipulação da informação na grande imprensa”, descreve que em muitos casos, na imprensa, pode ocorrer a “*inversão da opinião pela informação*”, o que também poderá ser atribuído ao nosso caso conforme observado, e segue: “a utilização sistemática e abusiva (pela imprensa) de todos estes padrões de manipulação, leva quase que inevitavelmente a outro padrão: o de substituir inteira ou parcialmente, a informação pela opinião [...]”. Em nosso caso, tal como pode ocorrer nos meios de comunicação (televisiva, etc.), “o juízo de valor é utilizado [...] como se fosse um juízo de realidade”, influenciando na opinião e nas tomadas de decisões das pessoas que recebem a informação. (ABRAMO, 2003 p.31).

As discussões destes tópicos abaixo têm por objetivo identificar as principais fontes, ou origens das informações, bem como a influencia destas para a formação das opiniões sobre o crédito agrícola, partindo-se principalmente das informações levantadas pelos próprios agricultores.

3.3.1 - Origem do crédito FNO Especial

Questionamos os agricultores sobre a origem do FNO Especial na tentativa de identificar se eram conhecedores da linha de crédito bem como os objetivos para o qual foi criado, uma vez que estão envolvidos nesta modalidade. Algumas entrevistas com agricultores revelaram que:

“[...] nem sei como foi, como era o projeto que o pessoal ia fazer, de onde era que vinha o dinheiro? Eu sei que é um empréstimo que foi o governo que abriu as portas do banco pra facilitar para o agricultor. O certo é que o pessoal tinha que pagar, mas aí havia uma dúvida também, já de outro lado, uns que diziam que isso era fundo perdido, que o pessoal não iam pagar [...]”. (Entrevista com agricultor – Associação Trombetas – dezembro de 2004).

“Isso aí eu não sei informar. Tem um dinheiro no banco pra ajudar os agricultores que é do FNO do Banco da Amazônia pra ajudar os produtores a trabalhar, isso aí a gente sabe, agora, da origem, da onde é que vem, como surgiu, isso aí não sei não”. (Entrevista com agricultor - Associação Trombetas – dezembro de 2004).

No total das entrevistas realizadas com agricultores financiados, e sistematizando-se os dados obtêm-se as seguintes situações:

Quem criou a linha de crédito FNO especial	Nº de agricultores
Governo	5
BASA	3
Não sabe / sem resposta	1

Fonte: Pesquisa de campo – dezembro de 2004

Na verdade, a rede de informações que circula entre os agricultores é muito vasta, porém sua qualidade é duvidosa e poderá ser influenciada de acordo com os interesses do informante. Com relação ao crédito agrícola, no ato das liberações dos recursos do FNO especial, informações circulavam nas mais variadas formas originadas das mais diversas fontes contendo várias versões sobre o mesmo assunto.

“[...] Primeiro foi o presidente da Associação que informou, depois foi o técnico da EMATER. Eles só falaram que era do FNO, [...] por que eram eles que traziam mensagens pra gente. Conversavam lá fora e traziam pra gente. Chegavam aqui e faziam reunião com a gente. Daí foi mais ou menos assim pelo rumo. Eu entrei no rumo, junto com os outros [...] achamos que íamos se dar bem. O pessoal entraram e também fui fazer a parte junto com eles [...]”. (Entrevista com agricultor - Associação Trombetas – dezembro de 2004).

Por outro lado deixa-nos dúvidas com relação aos interesses dos agricultores na obtenção da informação, quando o relato de um presidente de associação lembra que:

“Tivemos orientação sim, se tem alguém que diz que não sabia, talvez fosse mal informado, hoje ele não sabia esclarecer pra você da onde veio, a origem. Tem muita gente que até hoje diz, o próprio financiado “poxa vida se o banco me apertar eu não vou pagar por que é fundo perdido” e não é fundo perdido [...]. Ninguém vai entrar numa coisa sem que a gente tenha informação da coisa certa”. (Entrevista com agricultor, presidente da Associação São Tomé – dezembro de 2004).

Este mesmo agricultor complementa:

“Pra mim é ignorância da pessoa, às vezes você esta orientando, você esta conversando com o pessoal (na reunião), mas eles não tão nem aí, não estão nem ligando pra aquilo. Numa reunião, eles estão ligados para estar conversando, um exemplo: numa reunião se a gente trazer você aqui, você pode observar que tem dez com sentido no que você ta falando, mas têm quinze que não estão nem aí, esta conversando com o colega, e é obrigado você estar chamando “ei, companheiro, vamos assistir, escute” essas pessoas estão totalmente desinformadas, então hoje, se você perguntar pra determinadas pessoas dizem “não, eu não sabia como era, entrei de gaiato, hoje eu não sei informar da onde veio nem como veio” é por causa disso, a pessoa não esta mentalizada com o trabalho [...]”. (Entrevista com agricultor, presidente da Associação São Tomé – dezembro de 2004).

Os fatos relatados deixam claro que enquanto afirmam desconhecer as origens da criação da linha de crédito não recorrem às instituições para buscar informações. Como por exemplo, não foi possível identificar a presença do Sindicato no campo como órgão representativo dos trabalhadores rurais, a não ser no que tange ao encaminhamento das documentações para aquisição da aposentadoria, que na maioria das vezes aparece entre os agricultores mais como alvo de críticas em função da taxa que é cobrada, do que fonte para informação e soluções dos problemas, entretanto, como vimos no capítulo I, a organização dos agricultores por intermédio dos sindicatos, aglutinados num órgão com maior representatividade, no caso a FETAGRI, foram peças fundamentais na luta pela democratização do crédito agrícola.

Uma das questões que poderão ser indicativas da ausência do STR entre os agricultores é que em função da criação das associações, a união em torno do sindicato tendeu a enfraquecer, uma vez que todas as ações que envolviam o crédito, e este por sua vez era o principal elemento motivador da participação, estavam voltadas para as associações, descaracterizando o sindicato como principal instituição organizacional dos trabalhadores tal como era no princípio.

Outra situação que poderá ter contribuído, decorre da ampliação excessiva do número de agricultores interessados no crédito, impossibilitando a ação mais direcionada e efetiva do sindicato para prestar esclarecimentos sobre os objetivos e a melhor forma de aplicação dos recursos junto às associações e agricultores.

Na opinião do presidente do Sindicato, o que aconteceu foi o seguinte:

“[...] quando chega isso, é um puxa pra cá, um puxa pra lá, que quando vê, chega agricultor aqui que a gente nem conhece, não sabe nem quem é e tem que liberar a documentação, e enchem isto aqui, duzentas, trezentas pessoas. A gente fica num beco até sem saída. [...] ó que eu vejo o seguinte, ainda hoje o agricultor está vendo esta questão do crédito como uma festa, como uma festa de fim de ano, que a gente faz pra rever os amigos, tomar uma cachacinha e tal, eu vejo por aí, no meio da maioria dos agricultores. Porque eu digo isto, porque nós temos varias pessoas, eu tenho anotado

quantos agricultor foram financiados com PRONAF, e eu tenho exemplos do FNO que foi também mal distribuído e tem agricultor mais miserável hoje do que antes de pegar o financiamento, ele ficou mais miserável porque ele não sabia o que era, ele não sabia realmente nem o quê que ele queria plantar (...)”. (Entrevista com presidente do STR de Santo Antonio do Tauá – dezembro de 2004)

Na medida em que se criavam novas condições para o acesso ao crédito, crescia a demanda e a pressão dos agricultores para que ocorresse a liberação dos recursos, sem que houvesse a preocupação com as garantias e condições de aplicação, elevando assim as dificuldades de controle e acompanhamento.

Para Reis (2002), estes fatores são frutos da história, em que houve um descontínuo processo de formação dos agricultores iniciado no âmbito do Cooperativismo Alternativo, tal como descreve:

O reverso da conquista do crédito foi de restringir o trabalho da organização ao acompanhamento da aplicação do crédito pelos associados financiados com perdas significativas para o trabalho de formação junto a suas bases, e com isso o atrofiamiento da dimensão associativa minando a concepção política do Cooperativismo Alternativo (REIS, 2002 pag.102)

No que concerne à aplicação dos recursos para a implantação das culturas voltadas para o mercado, percebe-se que não houve uma discussão prévia da viabilidade econômica dos plantios das culturas. Neste aspecto, SOUSA (2002), analisando o crédito FNO no Município de Cametá, demonstra que:

[...] foi após a garantia de que o crédito seria liberado que se iniciou o processo de discussão para definir o tipo de cultura seria mais viável para ser implementada na forma de projeto, confirmando a hipótese de tratar-se de um crédito cuja decisão sobre a liberação precede o estudo sobre o destino em termos de investimento o que resulta da falta de demanda efetiva por um produto da chamada agricultura camponesa. (SOUSA, 2002).

Da mesma forma, Reis (2002) retrata esta situação demonstrando que o próprio movimento sindical, até então organizado, embalados pelas liberações de recursos do crédito parecem não ter clareza da forma de aplicação dos recursos o que contribuiu na percepção e nas atitudes dos agricultores.

Os sindicatos e entidades de apoio ao movimento do CA atuaram de maneira ambígua nesta conjuntura. Para atender as exigências burocráticas do BASA que definia o número restrito de associados a serem beneficiados com o crédito, assim como as atividades de lavoura e pecuária a serem financiadas. Os sindicatos e entidades sem apresentar uma proposta para os agricultores familiares alijados do crédito, deixando muitos deles largados a própria sorte levando muitos deles a abandonarem a organização, (REIS, 2002 pag.102).

Esta falta de um estudo prévio de viabilidade econômica, assim como a inexistência de discussões junto aos agricultores para identificar as prioridades das famílias, fazia com que as culturas financiadas, na maioria das vezes não faziam parte do planejamento de investimentos da família, e neste caso, o crédito passava a ser visto, mais como uma oferta de recursos do governo do que como instrumento para execução de atividades planejadas a fim de tornar o crédito agrícola um instrumento de investimentos para geração de receitas provenientes do aumento da produção. Um exemplo claro disto, poderá ser observado através do relato do próprio presidente do sindicato quando afirma:

“[...] essa foi a grande questão, quando eu discuti com o técnico porque eu queria horta, ele disse: “mas horta tem demais” eu disse “não, mas eu quero horta” com a horta eu sei que eu não pago banco, mas com a cultura que eu vou plantar eu pago, porque a horta é simplesmente pra me preparar, e me dar condições de plantar coco, mamão, cupuaçu, laranja, limão, tudo irrigado. Isto é que vai me render mais tarde. Então foi justamente isto, como a nossa área aqui é seca eu preciso de irrigação, e pra outras culturas não teve financiamento de materiais de irrigação, então foi por isto que eu fiz [...]”. (Entrevista com presidente do STR de Santo Antonio do Tauá – dezembro de 2004)

Talvez seja este um dos motivos pelo qual o presidente do STR faz referências que os agricultores vêem o crédito agrícola como uma festa de fim de ano, uma vez que, prevendo que

os resultados não serão satisfatórios, destina boa parte dos recursos a atender outras demandas da família, que muitas vezes não seriam conseguidas utilizando-se somente de sua força de trabalho.

Constata-se, portanto, que nem somente a falta de informação é o centro do problema, mas também a ausência de diálogo entre os atores no sentido de direcionar os investimentos para atender as demandas individuais dos agricultores, caracterizando uma imposição das ofertas, desestimula-os quanto à credibilidade e a cumplicidade perante o cumprimento das obrigações contraídas com o crédito perante o Banco.

3.3.2 - Sobre a existência dos fundos perdidos

Para que houvesse a formação de opiniões pelos agricultores de que os recursos oriundos do crédito FNO Especial estavam enquadrados como fundos perdidos, atores externos tiveram uma participação significativa dentre os quais se destacam os comerciantes e atravessadores, assim como outros agricultores e presidentes de associações.

Facilitado pela falta de objetividade, direcionamento do crédito, dificuldades de acompanhamento dos agricultores para a aquisição dos insumos e materiais e a aplicação dos valores recebidos, além da ausência do sindicato e demais organizações, a suposição de existência de créditos a fundos perdidos espalhou-se rapidamente por toda a região, tal como observado nos relatos de agricultores pesquisados, conforme descrito:

A EMATER que falou “vai sair um projeto assim”. Chegavam com uma conversa que era fundo perdido, esse foi o caso, diziam: “olha esse projeto que ta saindo, é fundo perdido, nem se preocupe, não vai pagar”. Quem dizia isto eram os vendedores de

materiais, eles queriam pegar a grana do pessoal. Vendiam encanação, adubo químico, essas coisas, a maior parte do químico foi comprado lá na IAMETAMA, de lá que saía essas conversas e o agricultor acreditava [...]. (Entrevista com agricultor – Associação Nossa Senhora dos Remédios – dezembro de 2004)

As pessoas falavam assim: “não rapaz esse aqui é projeto de fundo perdido, (referindo-se ao FNO) daqui mais um tempo o governo vai acabar, o Governo vai eliminar com isto e pronto. Isto aí é fundo perdido que vem pra vocês [...]”. Uma vez o próprio presidente da EMATER disse assim: “rapaz, trabalha pra lá, vão trabalhando, vê o que vocês fazem que isto aqui é fundo perdido”. (Entrevista com agricultor – Associação Trombetas – dezembro de 2004)

[...] começaram a falar que era fundo perdido, ninguém teve uma orientação antes do projeto, se tivesse uma orientação “olha, dinheiro vai sair, o projeto é de doze mil reais, mas é dinheiro que tem que devolver”. Não, mas pensava que era fundo perdido, ninguém pagava, o dinheiro vinha, ninguém ia pagar. E quando o negócio correu tava já na metade, não tinha mais jeito, depois quem foi na idéia de fundo perdido não era nada, era mentira [...] (Entrevista com agricultor – Associação Nossa Senhora dos Remédios – dezembro de 2004)

De acordo com o relato de um agricultor que em conversas com um técnico do Banco da Amazônia, obteve a seguinte resposta:

[...] aí eu perguntei pra ele assim, mas me diga uma coisa, se for “pegar pra capar” mesmo, como é que vai ficar esse negócio, a gente vai pagar? A gente vai ter que entregar a nossa casa, essas coisas? Ele disse “não, isso não vai acontecer. O presidente da Associação vai ter que analisar. Se a Associação tiver algum bem vai ser leiloadado pra poder pagar o banco”. E se a Associação não tiver bem nenhum? Ele disse: “é o presidente da associação que financiou o projeto que vai assumir todinho” é, porque está no nome da Associação e ela é avalista [...]. (Entrevista com agricultor – Associação Nossa Senhora dos Remédios – dezembro de 2004).

Não conseguimos identificar a veracidade da informação junto ao banco, mas de uma forma ou outra, esta questão pode ter contribuído para reforçar a opinião inicialmente formada, uma vez que, de acordo com o agricultor, originava-se em “fonte segura”, e por sua vez, caso não houvesse pagamento, nenhum prejuízo que viesse comprometer a sua família estava em jogo, pois os danos designados a associação ou em último caso, para o presidente da associação, estaria inocentando a sua participação enquanto agricultor.

Esta situação poderá ter sido influenciada com as lições de comportamento apresentadas por lideranças e ONGs que atuavam na região no que tange a organização do Cooperativismo Alternativo tal como descrito por Reis (2002), referindo-se aos investimentos realizados por estas ONGs, relata que:

“A proposta do CA avança e, com ela, as dificuldades de ordem administrativa e em nível das relações internas nos grupos. Uma situação de insucesso, numa ou noutra organização, era acobertada para assegurar a competência da ONG atuando no processo da organização ou, então, os conflitos se justificavam como meios, para os fins desconhecidos da maioria dos agricultores familiares” (REIS, 2002 pag. 114)

Esta prática, muitas vezes despercebida entre os dirigentes que atuavam no processo de formação, poderá ter contribuído para a formação da opinião contrária às propostas do crédito agrícola iniciado pelo FNO Especial, uma vez que este era um elemento novo que se apresentava para os agricultores.

3.3.3 - Sobre a renegociação das dívidas

No que concerne às renegociações das dívidas, observamos que pouco ou quase nada sabem os agricultores sobre a luta travada inicialmente por políticos e principalmente pelo movimento social na tentativa de encontrar caminhos que levassem a redução da inadimplência dos agricultores familiares junto a agencias financeiras ocasionadas pelo crédito do FNO especial. Sempre as ações são atribuídas de modo geral ao Governo Federal ou ao próprio Banco como os principais idealizadores do caso em questão, o que reforça as observações de que todo o trabalho realizado inicialmente entrou num processo de esquecimento em função da ausência de dirigentes do movimento social no cotidiano dos agricultores, conforme relatos:

Tivemos um presidente (da república) muito bom, [...] foi o que nos salvou até hoje [...] “eu estou mandando só assinar esse papel”, quem assinasse o papel não precisava pagar a dívida. E nós assinamos. Não pagamos ainda nadinha, aí quando chega no fim do ano vem outro papel de lá, do banco, só prolongando a conta [...]. (Entrevista com agricultor – Associação Nossa Senhora dos Remédios – dezembro de 2004).

“Veio, mas só que ele vem aqui e manda um papel pra Associação³⁰, a gente assina o papel e prolonga a conta [...] a gente só chega assina o papel e vai pro banco de volta [...] aí eles, o presidente (da associação) chama pra reunião e diz “olha tem que assinar esse papel aqui” aí a gente lê e assina. [...], algumas vezes ele explica, só que a gente lê ali aqueles papéis que vem do banco e não entende bem, é tanta formalidade que agente não entende o que está escrito [...], é assim que funciona o negócio. (Entrevista com agricultor – Associação Nossa Senhora dos Remédios – dezembro de 2004).

Durante a pesquisa de campo não realizamos um inventário detalhado das atividades realizadas pelos agricultores financiados na perspectiva de verificar as possíveis condições de pagamento dos débitos a partir do que resta atualmente nas propriedades do crédito investido. Entretanto, conforme já demonstrado por meio de relatos de agricultores, presidentes de associações e demais envolvidos, conclui-se que a maioria dos agricultores não possui condições econômicas de quitar seus débitos. Desta forma as renegociações são vistas como necessárias para prolongar os prazos, cuja expectativa final existente entre os produtores será de que o governo desista da cobrança, perdendo a dívida de todos, conforme observado nos relatos abaixo:

[...] eu acho que a renegociação é importante por que ela vem te trazer mais um pouco de avanço, tu vai tocar o trabalho mais um pouco por que não dá pra pagar tudo de uma vez. É bom que dá um tempo pra você poder puxar uma respiração pra poder ver como é que você vai negociar com o banco, pra ver como é que vai pagar, por que eu acho que tem agricultor, eu pelo menos, tenho vontade de pagar, agora, não acho como, nem meio de pagar. (Entrevista com agricultor – Associação Trombetas – dezembro de 2004).

³⁰ Referindo a presença de técnicos do Banco da Amazônia em reuniões para assinaturas de documentos para regularizar as renegociações dos débitos.

[...] mas olha [...], assim como nós estamos levando eu acho que não dá pra pagar porque o trabalho está pouco, falta mais dinheiro pra movimentar e ter mais lucro. Se no caso o banco desse mais uma ajuda pra arrumar mais trabalho, pra ver se dá certo, não é [...]. (Entrevista com agricultor – Associação Trombetas - dezembro de 2004).

[...] esse é o único meio do Governo Federal a fazer através do BASA a renegociação, por que o trabalhador pensa [...], eu vou pagar minha dívida e o outro não paga a dele, do mesmo jeito eu to ferrado porque sou avalista. Então pra eu ter mais crédito no banco é obrigado que eu pague a minha dívida e ele pague a dele. Por que eu sou o avalista dele ou ele é meu avalista, então é obrigado isso, por que senão você vai ficar sem crédito todo tempo. Se não paga não vai ter outro crédito, ninguém mais vai ter crédito a não ser que o governo entrasse e dissesse “**não, tu não vai mais pagar a dívida**” Agricultor esta perdoado e pronto. Meu pensamento era esse. (Entrevista com agricultor – Associação São Tomé - dezembro de 2004 – grifo nosso).

Conforme já descrito anteriormente, em função do desconhecimento das negociações e renegociações ocorridas junto ao governo e agências financeiras que antecederam a simples formalização da documentação, a cada ano, de acordo com a opinião dos agricultores, acabam tornando-se mais fáceis e tendem a ocorrer de forma natural, como se fosse uma regra a ser simplesmente cumprida pelas agências financeiras. É o caso do relato de um agricultor descrito abaixo:

[...] e ultimamente a documentação que nós tivemos que assinar, que ele (o presidente da associação) disse que ia ser automático, o banco ia fazer essa documentação e não precisaria ninguém mais assinar [...]. (Entrevista com agricultor – Associação Trombetas - dezembro de 2004).

Para finalizar as análises deste tópico, pode-se deduzir que a matriz de pensamentos e atitudes dos agricultores formada a partir do crédito FNO especial, ainda hoje traz conseqüências marcantes em suas vidas, acarretando prejuízos tanto econômicos quanto morais para todo o município.

[...] veio o PRONAF para nós, liberamos uns oito projetos. Os caboclos pegaram o dinheiro pra plantar mandioca. Venceu e como sempre, ninguém pagou. Passaram-se seis anos e quando foi no ano passado, fomos saber como é que podíamos fazer pra

poder voltar a ter crédito no município, porque o município estava cortado do crédito [...]. Nós conversamos com o pessoal e arrumou o dinheiro, cada um deu jeito e pagou o que devia, porque era dois mil e pouco reais cada um [...], aí nós fizemos o projetinho pra eles aqui e o banco liberou de novo pra eles e para outros aí, quer dizer nós voltamos o crédito ao município, [...] os caras pagaram, o banco liberou pra eles de novo e aí nós fizemos este PRONAF “C” e “D” pra plantar mamão e mandioca que hoje estão aí, só que infelizmente nós já estamos enfrentando o problema de novo, quer dizer, começou a vencer as parcelas e agora o pessoal do mamão que é um ano só de prazo, não tão pagando”. (Entrevista com chefe do escritório local da EMATER – dezembro de 2004)

A entrevista descrita acima é reveladora de uma possível formação de uma matriz de pensamento contraditória aos objetivos estabelecidos pela linha de crédito, ao passo que as diferenças existentes entre estas (FNO, FNO especial, PRONAF, etc.) são generalizadas, transformando as atitudes e comportamentos dos agricultores em uma forma única, tanto para os que obtiveram acesso no princípio como para os demais que outrora não foram financiados, mas que poderão ser contemplados pela linha de crédito do PRONAF.

Estas situações foram comprovadas quando em conversas informais com técnicos do Banco da Amazônia, referem-se ao Município de Santo Antonio de Tauá como um dos piores municípios quando o assunto é o “pagamento de crédito agrícola”, seja do FNO especial, ou do PRONAF que foram as duas linhas de crédito com maior influência na produção agrícola local.

O que fica evidenciado é que boa parte dos comerciantes, intermediários e fornecedores de insumos e produtos ou por influência de outros agricultores vistos como formadores de opiniões, modificaram as informações repassando-as de forma distorcida dando ênfase aos interesses que cada um tinha, seja sobre o projeto ou sobre os recursos dos projetos que estavam sendo implementados. Estas “falsas” informações influenciaram na formação das opiniões de grande parte dos agricultores financiados (que eram os receptores das informações) que por não terem acesso as informações reais sobre a situação, transformavam em realidade o fato novo que

a eles era apresentado. Mesmo que alguém lhe informasse sobre a existência de outra realidade, ou seja, que os recursos deveriam ser pagos, como a opinião corrente entre a maioria era a avessa, estas informações transformavam-se em uma grande dúvida na mente destes agricultores influenciando-os nas atitudes e decisões como tal.

3.4 - AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA LOCALIDADE NA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES

Se por um lado os resultados do crédito investido não têm sido considerados satisfatórios pelas instituições financeiras em função do alto índice de inadimplência dos agricultores, por outro, poderá ser considerado aceitável, quando se observa no âmbito da localidade (comunidade) a elevação do nível da qualidade de vida dos agricultores. Este aspecto pode ser observado nas três associações pesquisadas onde relatos indicam a evolução econômica conforme descrito abaixo:

[...] eu acredito que mudou, através do financiamento gerou mais emprego. Embora hoje não tenha pagado o financiamento, mas gerou o emprego para aquelas pessoas que não tinham de que sobreviver. Como exemplo, o agricultor foi financiado pra horta e trabalha ele, trabalha a família e ele já gera emprego na semana toda e já tem um dinheiro pra comprar a feira no final da semana. Então eu acredito que isso mudou muito o sistema de sobrevivência da gente, por que sobreviver só da mandioca hoje não daria. Você vê aqui, na comunidade São Tomé, hoje você vê poucas casas de taipa, e foi através da geração de emprego informal, por que quase todas as pessoas que tem sua hortazinha ele tem um, dois, três trabalhadores ali, quer dizer, isso aí modificou isso eu te asseguro [...] a renda começou a circular melhor [...]. São Tomé, de cinco anos pra cá evoluiu, não só São Tomé, mas todo o lugarzinho que teve agricultor financiado. (Entrevista com agricultor – Associação São Tomé – dezembro de 2004)

O relato descrito acima poderá ser referência para o debate que começou a se intensificar a partir dos anos oitenta, sobre as possibilidades de “gestão local do desenvolvimento” tanto em países Europeus e Norte Americano, assim como na América Latina, (Moura, 1997). A

evolução deste debate apoiado por questões econômicas e sociais que se apresentavam no processo de desenvolvimento apresenta na atualidade um conceito que está em constante discussão tanto no plano acadêmico quanto governamental, que é o chamado “desenvolvimento Local Sustentável”.

Buscando uma definição mais social para o conceito, Coelho (1996), define como “um plano de ação coordenada, descentralizada e focalizada, destinado a ativar e melhorar de maneira sustentável as condições de vida dos habitantes de uma localidade, no qual estimula a participação de todos os atores”.

É importante ressaltar que o que Coelho chama de “todos os atores” vai além dos personagens da localidade (habitantes e moradores), mas abrange as estruturas de poder público municipal (prefeituras, secretarias, etc.) assim como eventuais pequenas e médias empresas existentes e demais instituições que participam do contexto local (região, município ou comunidade), dispostas a contribuir para a reestruturação econômica local, e conseqüentemente o aumento das possibilidades de geração de emprego e renda para aquela população.

Enfocando questões sociais para implementação de qualquer projeto de desenvolvimento local, Dowbor (1996), ressalta que, apesar das limitações das administrações municipais, é possível a execução de ações que gerem emprego e renda de forma mais descentralizada. Para o autor a idéia de desenvolvimento deve ter como ponto central de partida “o ser humano” e “os interesses coletivos da maioria” e envolve qualidade de vida, socialização do poder, acesso a serviços públicos e os benefícios da tecnologia.

Outra definição interessante para o termo é a proposta por Loiola e Moura (1995), onde propõem que as ações concretas de desenvolvimento local partem de “projetos potencializados de gestão local visando a geração de emprego e renda, a criação e fortalecimento de pequenas e

médias empresas ou implantação de estratégias de integração competitiva no mercado global. Inclui-se neste rol, o fortalecimento de atividades econômicas e de serviços de caráter informal assentados em redes de parentesco, vizinhanças e outras redes submersas.

De uma forma ou outra, os recursos investidos por intermédio do FNO contribuíram para que as famílias pudessem realizar investimentos na melhoria de suas casas, assim como adquirirem bens materiais que pudessem lhes proporcionar mais conforto pessoal. Ademais, para os agricultores que conseguiram dar continuidade com as atividades iniciadas a partir dos investimentos na horticultura, apesar de não termos realizado uma análise comparativa das atividades para detectar a evolução econômica das famílias, mas visivelmente estão mais estruturadas, fato que o comentário do agricultor supra mencionado confirma, uma vez que gera excedentes possibilitando a contratação de mão de obra para execução de parte das atividades.

O trabalho iniciado em torno da organização das associações locais poderia ter se configurado como uma peça chave para a inserção dos agricultores em um mercado mais competitivo a partir do aumento da produção proporcionada pela injeção de recursos no sistema produtivo. Este mecanismo ainda está latente, pois toda a iniciativa de comercialização existente atualmente deve-se basicamente aos esforços individuais para a busca de mercado para os produtos.

Para finalizar, cumpre-nos dizer que embora não tenha sido possível fechar o círculo com o pagamento do crédito contraído nem prosseguido na organização econômica das associações visando o mercado, mesmo assim, percebe-se claramente a importância e a contribuição que tais benefícios creditícios tiveram para aquela população, conforme já ilustrado pelas opiniões dos agricultores descritas ao longo do texto.

CONCLUSÕES

O que se evidenciou é que no Município de Santo Antonio do Tauá a Agricultura Familiar está passando por um processo de transformação em relação ao seu comportamento econômico. Entretanto, ainda existem fortes indícios da presença do campesinato como já demonstrado anteriormente por Abramovay (1998).

Ao longo da história, esta população, assim como em outras regiões destacadas por Reis (2002), onde analisando a dinâmica do cooperativismo alternativo no Nordeste do Estado do Pará, identificou que esta categoria sofreu forte influencia de organismos externos, dentre os quais merecem destaque as ONG's que atuaram na perspectiva de provocar a modernização dos padrões produtivos e econômicos das famílias.

Com a verificação do constante enfraquecimento dos recursos naturais na região que garantiam a sustentabilidade das famílias baseadas no extrativismo, crescia a necessidade do desenvolvimento e aprimoramento de um novo padrão de produção. As ONG's do denominado Cooperativismo Alternativo tiveram importância significativa para difundir entre os agricultores estas novas atividades econômicas direcionadas para a agricultura e para o mercado.

Entretanto, a iniciativa destas ONG's em promover esta mudança de forma organizada em associações e cooperativas nem sempre foi compreendida pelos agricultores. Prova disto, é que grande parte destas organizações existentes ainda hoje não tem clareza de seus objetivos, cujos sócios ou cooperados não sentiram ou pelo menos não demonstram em suas manifestações a necessidade concreta de se organizar para ser mais competitivo perante o mercado.

A possibilidade que se tornou concreta de aquisição de recursos do crédito agrícola por intermédio das associações e cooperativas, foi um elemento impulsionador para entrada dos agricultores no sistema de organização. Entretanto, este mesmo crédito, na visão de políticos e instituições de caráter organizativo dos trabalhadores (FETAGRI, CUT, etc.), deveria se transformar em um importante elemento para impulsionar a evolução econômica das famílias, no entanto, na opinião de parte dos agricultores serviu como elemento momentâneo para satisfação interna e imediata de suas famílias, causando um descompasso entre os objetivos, uma vez que estes deveriam ser utilizados em investimentos produtivos para geração de riquezas e não para satisfação do bem estar.

Esta situação, que na visão das instituições financeiras é classificado como um “mau direcionamento dos recursos”, ou ainda “falta de gerenciamento, ou incapacidade de gerenciamento”, poderá traduzir-se em ausência de linhas de crédito específicos onde o agricultor pudesse escolher esta ou aquela linha de crédito enquadrando-a de acordo com suas necessidades.

A percepção da necessidade de existência de novas linhas de crédito que pudessem atender outras demandas dos agricultores familiares que não fossem unicamente em investimentos na produção agrícola ou pecuária, cujas demandas não puderam ser atendidas pelos bancos públicos ou privados, vem impulsionando a organização e a criação de inúmeras cooperativas de crédito de caráter solidário em outras regiões do país, cujos resultados são altamente significativos com tendência de expansão, tal como analisado por Junqueira (2003).

Um fator interessante a ser observado é que estas demandas internas tendem a aumentar, tanto quanto maior for o índice de pobreza da família. Nesta situação, a não aplicação do crédito agrícola foge ao seu papel principal de elevação da produção, gerando um círculo

vicioso. De um lado o agricultor não aplica os recursos por que busca atender prioritariamente as demandas internas, por outro, por não investir na produção impede a geração de receitas excedentes para a redução da pobreza.

É bem verdade que junto a isto, para os agricultores que atingiram a produção esperada, tropeçaram na questão da comercialização, onde os preços muitas vezes não sendo satisfatórios desestimularam parte dos agricultores a persistirem nas atividades iniciadas. Entretanto, este fator, poderia ser contornado se houvesse a compreensão dos verdadeiros objetivos da criação das associações e cooperativas, cujo caráter seria o de organizar a produção e a comercialização dos produtos. Neste caso a falta de organização contribuiu profundamente para o endividamento dos produtores.

Analisando-se o fato por outra ótica, pode-se concluir que o processo de transformação social dos indivíduos, ou mais precisamente dos agricultores familiares é longo, o que de certa forma não acompanha o ritmo acelerado da evolução econômica. Entretanto, se o objetivo inicial proposto pelas organizações era a criação de mecanismos para melhoria da qualidade de vida baseado principalmente na evolução da produção e inserção destes agricultores no mercado, o crédito agrícola, e mais especificamente o FNO PRORURAL, foi um importante elo para impulsionar esta evolução da Agricultura familiar que ora está em curso.

Esta transformação da agricultura familiar, neste caso, poderá ser compreendida como um “continuum” tal como ressaltado por Wanderlei (1999), onde em função das mudanças a que são submetidos, como consequência da própria transformação econômica do país e da região, os próprios camponeses tendem a alterar seu comportamento no que tange a lógica produtiva. Neste processo, dezenas de situações influenciam diretamente na vida e no comportamento dos agricultores. Neste caso, as hipóteses iniciais por nós levantadas poderão

ser confirmadas, no sentido de que a informação que circula entre estes, bem como a prática demonstrada pelos dirigentes, na condução das instituições que o representam, os quais são vistos como exemplos de trabalho, exercem forte influência na formação das opiniões e atitudes a serem tomadas pela família em face da situação ou problema que se apresenta.

De fato existe um grande número de agricultores com dívidas bancárias relativas aos empréstimos contraídos por intermédio do crédito agrícola. Entretanto, quando observado não mais no domínio familiar, mas sim na esfera local, onde existe um grande debate em curso tanto no âmbito acadêmico quanto entre as próprias organizações governamentais e não governamentais, são visíveis as mudanças, as quais foram observadas também pelos próprios agricultores, tal como já demonstrado no item 3.4 deste trabalho.

Outro elemento importante a ser questionado, é que o fato observado pelo pesquisador ou revelado pelos agricultores a respeito da situação, nem sempre é o mais verdadeiro. Assim como existem os famosos “caixas dois” nas empresas, existe também uma “realidade dois” em cada caso da pesquisa percorrida. Neste aspecto, na maioria das vezes só o óbvio ou o que o entrevistado acredita ser mais importante é revelado. Para a compreensão da outra situação que talvez seja a raiz do problema, na maioria das vezes só poderá ser observada ou compreendida em conversas de rodas de amigos ou conversas informais. Por este motivo, o crédito agrícola, apesar de, aos olhos das instituições financeiras possam ter logrado pouco êxito, entretanto, a enorme contribuição que tem dado para a formação do capital social pode ter sido altamente valiosa, uma vez que o objetivo é gradualmente alterar as relações sociais, políticas e econômicas dos próprios agricultores.

É neste sentido que, propor uma nova racionalidade para os agricultores, tal como o realizado e idealizado pelas instituições, não é tarefa fácil. Só poderá ser definitivamente

efetivada com o acúmulo de experiências, sejam elas positivas ou negativas, mas sempre servirão de base para alcançar o novo momento que se idealiza, porém ainda é desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998. 275 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 072. Rio de Janeiro, instituto do planejamento, orçamento e gestão, 2000, (mimeo).

ABREU, Lucimar Santiago. **Impactos sociais e ambientais na agricultura: Uma abordagem histórica de um estudo de caso**. BRASÍLIA: EMBRAPA - Centro Nacional de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. EMBRAPA – SPI, 1994.

ARROYO, João Cláudio Tupinanbá (org). **Solidariedade e sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

BASA. **FNO: Plano de aplicação de recursos – 2003 a 2005**. BASA, Belém Pará, setembro de 2002.

BENETTI, Maria Domingues. **Sistema de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90**. Brasília: IPEA. 1994. 179p.

BITTENCOURT, G. Alceu. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento**. Brasília: NEAD, 2001.143p

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In. TEDESCO, J. C (org). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. pag. 69-72.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: organização e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 326p.

COELHO, Franklin D. Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local. In CACCIA-BAVA Silvio (org), **Desenvolvimento Local: Geração de emprego e renda**. São Paulo, publicações POLIS, (25): 29-44, 1996.

CONTAG. **Grito da terra Brasil:** Uma análise preliminar das medidas anunciadas pelo governo em resposta a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil – 2000. Documento Eletrônico. www.contag.org.br. Acessado em 09 de maio de 2004.

CORDEIRO, A., BAVARESCO, P., DELATORRE, A., LUNARDI, S., VIEIRA, G.ZOLET. **Reforma agrária e crédito rural.** PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária: Experiência de acompanhamento a assentamentos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000. 355p

DAL RI, Neuza Maria (org.). **Economia solidária:** o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte e Ciência, 1999. 192p.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In. CACCIA-BAVA, Silvio (org). **Desenvolvimento Local:** Geração de emprego e renda. São Paulo, publicações POLIS, (25): 29-44, 1996.

DOWBOR, Ladislau. A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local. In SPINK, P. CACCIA-BAVA, S. e PAULICS, V. (org). **Novos contornos da gestão local:** conceitos em construção. São Paulo, POLIS. Programa gestão pública e cidadania /FGV-EAESP, 2002. pág. 33 -73.

GANZER, Valdir. MOURÃO, Nilson. **A Nova proposta para o FNO.** Brasília, câmara dos deputados, 1999.

HEBETTE, Jean, CASTRO, Edna Maria. **Na Trilha dos grandes projetos:** Modernização e conflitos na Amazônia. Cadernos do NAEA n° 10. Belém, NAEA, 1989.

IRION – José Eduardo Oliveira. **Cooperativismo e economia social.** São Paulo: Editora STS, 1997.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. **Finança Solidária e Agricultura Familiar:** O sistema cresol de cooperativas de crédito rural. São Paulo. USP/PROCAM, 2003 – Tese de Doutorado.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar:** Comparação internacional - II - do mito a realidade. Campinas - SP, editora da UNICAMP, 1998. pág. 303 – 335.

LOIOLA, E. e MOURA, S. A Economia globalizada e o desenvolvimento revisitados. In. **Gestão e debate**. Salvador, NPGA/EAUFBA, 1995, pág. 1-20.

MEINEM, Ênio, DOMINGUES, J. Nercolin, DOMINGUES, Jane. A. Stefanos. (org.). **Aspectos Jurídicos do Cooperativismo**. Porto Alegre: editora Sagra Luzzatto, 2002. 120p.

MEYER, R.L.; ADAMS, D. W.; RASK, N.; ARAÚJO, Paulo F. Cidade de. Mercados de crédito rural e os pequenos agricultores do Brasil. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, E. (coordenadores). **Desenvolvimento da Agricultura: Análise de política econômica**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. cap. 3, p. 151-204.

MONTOYA, Marco Antonio (org.). **Aspectos Regionais do Crédito Rural: Governo, Cooperativas e informalidade**. Passo Fundo: UPF, 2002. pág. 33 a 39.

MOURA, S. **Cidades Empreendedoras, Cidades Democráticas e Redes Públicas: Tendências à renovação na gestão local**. Tese de doutorado em administração pública. Salvador, NPGA/EAUFBA, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. A Agricultura Familiar e o claudicante quadro institucional. In. LOPES, Eliano S. A. et. Al. (org). **ENSAIOS: Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros / Universidade Federal de Sergipe, 2002. 412p.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?. In SPINK, P. CACCIA-BAVA, S. e PAULICS, V (org). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo, POLIS. Programa gestão pública e cidadania /FGV-EAESP, 2002. pág. 11-31.

PEIXOTO, Lecir Aparecida. **Credito Rural Para a Agricultura Familiar: O caso do FNO especial – PRORURAL nos municípios de Medicilândia e Pacajá Transamazônica - Pará**. Belém. UFPA – Centro Agropecuário / EMBRAPA Amazônia Oriental, 2002 - Dissertação de mestrado.

PEIXOTO, Lecir e SABLAYROLLES, Philippe. Crédito **Rural Para Agricultura Familiar: O caso do FNO especial – PRORURAL na Transamazônica**. Artigo Eletrônico. www.ufpa.br.

PEREIRA, Carmem Lúcia de oliveira. **Avaliação sócioeconômica dos sistemas agroflorestais dos agricultores familiares do município de Santo Antonio do Tauá.** Belém: UFPA – Centro Agropecuário/ EMBRAPA Amazônia Oriental, 2002. Dissertação de mestrado.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual De Investigação Em Ciências Sociais.** Lisboa, Gradiva, 1992. 273p.

REIS, M^a de Nazaré Ferreira. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na bragantina Estado do Pará:** Agricultores familiares no caminho da participação e da gestão. Belém: UFPA – Centro Agropecuário/EMBRAPA Amazônia Oriental, 2002.

REYNAL, Vicente de; MUCHAGATA, M. G; CARDOSO, Antonio (org.). **Funcionamento do Estabelecimento Agrícola.** UFPA. Centro Agropecuário, especialização DAZ – ciclo 1996/1997 – 4^a versão.

ROMANO, Jorge O. & BUARQUE, Cristina Maria. **Crédito e gênero no nordeste Brasileiro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 148p.

SAMPAIO, P. de Arruda & PELOSO, Ranulfo, (org). **Trabalho de base:** Projeto popular para o Brasil, Cartilha para discussão nº 04. São Paulo, Editora Peres Ltda., 1999. 36 p.

SAYAD, J. **Crédito Rural no Brasil.** Brasília. Ministério da Agricultura, 1978, 93p.

SAYAD, j. Estratégias de transição para a reforma do crédito rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 20. Curitiba, 1982. **Anais**, Brasília: Sober, 1982. p.127-144

SCHRÖDER, Mônica. **O Cooperativismo de crédito rural e o financiamento da agricultura familiar.** Artigo eletrônico. WWW.cresol.com.br/artigos

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária.** 1^a edição. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia:** Da subordinação a Luta pelo Poder. Belém, NAEA, 2002. 212p.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento agrícola.** Piracicaba - São Paulo, ESALQ/USP, 2001 – dissertação de mestrado.

TEIXEIRA, Gerson. **A Essencialidade da Defesa (crítica) do BASA e do FNO.** Artigo eletrônico. <http://www.pt.org.br/assessor/basa.htm>. Acessado em 15 de fevereiro de 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. TEDESCO, J. Carlos (org.). **Agricultura Familiar: Realidades e perspectivas.** 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 1999. pág. 21-55.